

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

Patrimônio Ambiental e Cultural do Estado do Acre:
A Economia do Meio Ambiente como ferramenta de análise
de bens ambientais e culturais

Alex Moreira Andrade
Matrícula: 104036834

Orientador: Carlos Eduardo Frickmann Young

JANEIRO 2006

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**PATRIMÔNIO AMBIENTAL E CULTURAL DO ESTADO DO
ACRE: A Economia do Meio Ambiente como Ferramenta de Análise de
Bens Ambientais e Culturais**

ALEX MOREIRA ANDRADE
matrícula nº: 10436834

ORIENTADOR(A): Prof. Carlos Eduardo Frickmann Young

JANEIRO 2006

As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade do autor

Resumo

Esta pesquisa aponta a economia do meio ambiente, especialmente as técnicas de valoração, como uma ferramenta para a análise integrada de bens ambientais e culturais. A discussão é baseada no Estado do Acre (Brasil) que teve a exploração da borracha e a pecuária como suas mais importantes e freqüentemente opostas opções de desenvolvimento. O estudo mostra a presença de patrimônio cultural na área, o que pode ser incluído como parte da externalidade da floresta que pode ser preservada com a economia da borracha. Ambos os aspectos (patrimônio ambiental e cultural) são comumente negligenciados pela historiografia tradicional do Acre.

Abstract

This research points out the environmental economics, specially the valuation techniques, as a tool for an integrated analysis of environmental and cultural goods. The discussion is based on the State of Acre (Brazil) that had rubber exploration and cattle raise as its most important and often opposed historical options of development. The study shows the presence of cultural patrimony in the area that can be included as part of the forest's externality that can be preserved with the rubber economy. Both aspects (environmental and cultural patrimony) are usually neglected by the Acre's traditional historiography.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Patrimônio Ambiental e Cultural do Estado do Acre: A Economia do Meio Ambiente
como instrumento de análise de bens ambientais e culturais

Alex Moreira Andrade

Monografia submetida ao corpo docente do Instituto de Economia da
Universidade Federal do Rio de Janeiro-IE/UFRJ, como parte dos requisitos
necessários à conclusão do bacharelado em Ciências Econômicas.

Aprovada por:

Prof. Dr. _____ - Orientador
Carlos Eduardo Frickmann Young

Prof. Dr. _____
Valéria da Vinha

Prof. Dr. _____
Fabio Sá Earp

Rio de Janeiro

2006

FICHA CATALOGRÁFICA

ANDRADE, Alex Moreira.

Patrimônio Ambiental e Cultural do Estado do Acre: A Economia do Meio Ambiente como instrumento de análise de bens ambientais e culturais /Alex Moreira Andrade : UFRJ/IE– Rio de Janeiro, 2006.

ix 85 f.: il.

Monografia (Bacharelado em Economia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Instituto de Economia, 2005.

Orientador: Carlos Eduardo Frickmann Young

1. Meio Ambiente. 2. Brasil –História 3. Patrimônio Histórico 4. Economia. I. YOUNG, Carlos Eduardo Frickmann (Orient.). II. Universidade Federal do Rio de Janeiro.(Monografia Instituto de Economia- UFRJ/IE) .

Lista de tabelas e gráficos

Tabela 1: Produção de Borracha do Brasil e do Acre em Toneladas.....	p.23
Gráfico 1 Produção Comparada de Borracha.....	p.24
Tabela 2: Produção de borracha no Acre.....	p.24
Tabela 3: Exportações do Acre (1956)- 1º semestre.....	p.25
Tabela 4:Produção da Borracha no Acre, Amazonas e Pará em Kg (1903-1918)...	p.26
Tabela 5: Resultado das incisões.....	p.30
Quadro 1: Tipologia e instrumentos de política ambiental.....	p.60
Quadro 2: Métodos para a valoração de bens e serviços das florestas tropicais.....	p.68
Tabela 6: Agricultura diversificada x pecuária extensiva.....	p.75

Índice

Introdução.....	p.9
Capítulo I- Formação Histórica do Acre.....	p.12
1.1. História Política e Diplomática do Acre.....	p.12
1.2. História Econômica e Social do Acre.....	p.21
Capítulo II- Patrimônio Cultural do Estado do Acre.....	p.36
2.1. Questão Indígena	p.38
2.2 Referências Culturais do Acre.....	p.46
Capítulo III- Fundamentos Teóricos da Economia do Meio Ambiente...p.56	
3.1 Manejo de Recursos Florestais.....	p.56
3.2 Política Ambiental.....	p.58
3.3 Valoração Ambiental.....	p.61
3.3.1 Métodos de função de produção.....	p.62
3.3.1.1 Método da Produtividade Marginal.....	p.63
3.3.1.2 Métodos de mercados de bens substitutos.....	p.64
3.3.2 Métodos da Função de Demanda.....	p.65
3.3.2.1 Métodos de Mercados de Bens Complementares.....	p.65
3.3.2.2 Método dos Preços Hedônicos.....	p.67
3.3.2.3 Método do Custo de Viagem.....	p.66
3.3.2.4. Método da Valoração Contingente.....	p.66
Capítulo IV- Patrimônio Ambiental do Estado do Acre.....	p.68
Conclusão.....	p.79
Referências Bibliográficas.....	p.83

Introdução

Este trabalho visa estudar a aplicabilidade dos métodos da Economia do Meio Ambiente para uma política ambiental integrada com a questão do patrimônio cultural de modo a permitir uma proteção simultânea de bens ambientais e bens culturais. A ligação entre estas duas dimensões de política pública tem sido salientada pela própria instituição responsável pela proteção dos bens culturais: o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)¹. Esta ligação é notória no Estado do Acre, que servirá de embasamento para esta discussão, onde há uma série de bens culturais ligados à natureza. Os métodos da Economia do Meio Ambiente têm aplicabilidade tanto para a análise de bens ambientais como para bens culturais.

A preservação de bens culturais no Acre está ligada ao modo de desenvolvimento adotado no Estado que se divide basicamente duas opções históricas: o extrativismo e a pecuária. Por conseguinte, também será relevante para esta discussão a história da ocupação do Acre. Esta discussão será feita no capítulo 1.

Também se pode identificar uma série de bens culturais neste Estado em diversos tipos de patrimônio arquitetônico, imaterial e ambiental. Como se verá, o Estado não dispõe de registro oficial de bens culturais pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) nem de tombamentos. Esta discussão será feita no capítulo 2.

A ocupação e os bens culturais no Estado guardam uma íntima relação com a natureza inicialmente vista como adversa. O Acre era retratado como “Inferno Verde” ou “Deserto Ocidental”, mas agora os recursos naturais e a biodiversidade são uma das características mais ressaltadas do Estado. Mais que isso, as práticas culturais do Acre estão diretamente ligadas à natureza. Das atividades econômicas extrativistas ou agropecuárias aos mitos e lendas locais, a natureza (ou seus elementos) exerce um papel de protagonista.

É importante evitar as generalizações do Acre como inseri-lo em contextos maiores como “complexo da borracha” (WEINSTEIN, 1993) e “região amazônica”.

¹ PÁDUA, José Augusto & MARQUES, Maria Eduarda. **Seminário sobre as Políticas Integradas de Preservação de Bens Ambientais e Histórico-Culturais**. Rio de Janeiro, Iphan, 6 e 7 de outubro de 2003. CD-ROM

Nesse sentido, uma primeira noção a ser superada é a de que o Acre estaria na sua “infância cultural”².

“Estará ainda o Acre, na adolescência cultural? Sim, é possível. Última terra a incorporar-se ao Brasil, e extremo oeste da expansão brasileira, além de essencialmente longe, o Acre ainda não dispõe daquele passar de tempos necessário ao processo de formação de uma cultura maior” (TOCANTINS, 2003, p. 67)

O autor ainda aponta “Quanto ao caso do Acre, ainda não existe uma cultura popular definida, em termos especificamente locais (...)” (TOCANTINS, 2003[1984], p. 74). Desse modo, o Acre não teria traços culturais próprios e apenas estaria inserido no contexto amazônico onde os imigrantes trariam e reproduziriam suas culturas locais no Acre que permaneceriam inalteradas, tal e qual na sua região de origem ao longo do convívio social. Luís da Câmara Cascudo (1983), um dos autores mais consagrados no estudo dos mitos, lendas e folclores prefere inserir o Acre no contexto amazônico. Progressivamente, foi se desenvolvendo no Acre um sentido de identidade cultural própria como será visto neste trabalho, em movimentos sociais que reclamavam o papel dos “Povos da Floresta” na construção de uma série de referências culturais acreanas. Nesse sentido, o processo cultural na região revela-se muito mais intenso e dinâmico, dando-se um processo de produção e não apenas uma reprodução de práticas culturais externas à região.

Muitos dos conhecimentos sobre a natureza derivam da experiência e de práticas dos primeiros habitantes da região: os índios, divididos em vários grupos. Sua contribuição para a cultura do Acre é bastante importante e até os seringueiros costumam atribuir aos índios a maior parte do conhecimento que têm e ainda esperam ter sobre a natureza, ainda que se deva apontar que a relação cultural se dá nos dois sentidos, como fica evidente nas diversas considerações sobre o que se chamou de “cultura cabocla”³.

Um ponto a ser ressaltado deste contato é que se desenvolveram modos de vida que podem ser abrangidos pelo conceito de “desenvolvimento sustentável”, que

² Como sugere TOCANTINS, Leandro. **Estado do Acre: História, Geografia e Sociedade**. Rio Branco, Tribunal de Justiça, 2003. Trata-se de um dos autores mais consagrados sobre a história do Acre e se dedicou, sobretudo, ao período da conquista da região.

³ É uma expressão de uso corrente que indica a forte presença da miscigenação e sua influência cultural (ver, por exemplo, LIMA, Francisco Peres de Folclore Acreano. Rio de Janeiro, s/d)

conservam um imenso manancial de riquezas naturais, ainda que parte disso também deva ser creditado à baixa densidade populacional.

Desse modo, procurar-se-á destacar uma série de referências culturais acreanas que permitem identificar traços de uma cultura própria acreana com a contribuição de diversos grupos sociais que fizeram parte da história da ocupação e da constituição de vários bens culturais no Estado.

Pode-se verificar que a manutenção da floresta representa dois pontos importantes: o benefício representado em termos de externalidades positivas pelos benefícios gerados pela floresta e de uma série de práticas, bens e referências culturais que são derivadas da relação do homem com a natureza no que diz respeito à área de atuação do Iphan. A Economia do Meio Ambiente é a ferramenta proposta para promover a análise destes dois elementos de uma forma integrada segundo uma mesma metodologia. No terceiro capítulo serão apresentados elementos teóricos da Economia do Meio Ambiente com maior aplicabilidade na avaliação de bens ambientais e culturais.

Alguns estudos sobre regiões próximas servirão de base para discussão dos métodos de análise a serem aplicados ao caso do Acre e serão apresentados no último capítulo que trará uma avaliação das diretrizes para uma política integrada de proteção aos bens ambientais e culturais deste estado com base nos elementos teóricos da Economia do Meio Ambiente.

CAPÍTULO I: FORMAÇÃO HISTÓRICA DO ACRE

1.1. História Política e Diplomática do Acre

A discussão da constituição do Acre e sua incorporação ao território nacional é o tema por excelência da historiografia acreana que conta com inúmeros títulos a esse respeito. Costuma-se destacar as dificuldades para ocupar a região num clima tido como hostil. Uma exceção é sem dúvida o escritor Euclides da Cunha que defendeu o que chamou de “clima caluniado” e acompanhou com grande interesse a questão do Acre, escrevendo livros e artigos sobre a ocupação e a geografia local.⁴

Euclides da Cunha chefiou a delegação brasileira na Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Reconhecimento do Alto-Purus. Foi encarregado dessa comissão pelo Barão de Rio Branco, para descrever até onde ia a ocupação brasileira de fato no território do Alto-Purus, fornecendo subsídios para que Brasil e Peru fizessem um acordo quanto a suas fronteiras⁵.

⁴ Entre eles CUNHA, Euclides da. **À margem da História**. Rio Branco, Tribunal de Justiça, 2003 e CUNHA, Euclides da. **Um paraíso perdido**. Rio Branco, Tribunal de Justiça, 2003. “Um Paraíso Perdido” é o nome que o autor daria a um livro que pretendia escrever sobre a expedição ao Alto-Purus. Em carta a Artur Lemos ele diz: “*A Amazônia recorda a genial definição do espaço de Milton: esconde-se em si mesma. O forasteiro contempla-a sem a ver, através de uma vertigem. Ela só lhe aparece aos poucos(...) é um infinito que deve ser dosado.*” (...) “*Escreverei um dia um Paraíso perdido, por exemplo, ou qualquer outro, em cuja amplitude eu me forre de uma definição positiva dos aspectos de uma terra que, para ser bem compreendida, requer o trato permanente de uma vida inteira*” (CUNHA, 2003b, p. 5) Os trabalhos amazônicos de Euclides da Cunha incluídos em “*À margem da História*” fariam parte da primeira parte do “*Paraíso Perdido*” que pretendia escrever. Um deles, “*Rios em abandono*”, foi publicado com o título de “*Rio abandonado*” na Revista do IHGB (tomo 68, parte II, vol. 113, 1905). Constitui o capítulo 7 de Um Paraíso Perdido. A compilação dos textos foi feita por Leandro Tocantins que escreveu o prefácio do livro.

⁵ A missão de Euclides da Cunha embarcou em 13 de dezembro de 1904 no Rio de Janeiro, fez escala em Belém, foi a Manaus, onde a expedição foi preparada, partindo em 5 de abril de 1905 “para o meu misterioso deserto do Purus” nos dizeres do autor. A expedição durou de até 23 de outubro de 1905, quando retornou a Manaus. Depois de concluir o Relatório da Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Reconhecimento do Alto-Purus dirigido ao Barão do rio Branco, Euclides da Cunha embarcou para o Rio de Janeiro em 18 de dezembro de 1905. O Relatório foi editado em 1906 pela Imprensa Nacional e está no Arquivo Histórico do Itamaraty, onde foi “descoberto” por Leandro Tocantins, sendo publicado em 1960 com o título de **O Rio Purus**, dado por Leandro Tocantins. O relatório foi incluído em *Um Paraíso Perdido*. Embora o Relatório tenha a assinatura de Euclides da Cunha e Don Pedro Buenaño, o Comissário do Peru, o organizador do livro afirma que foi inteiramente redigido pelo primeiro, relatando nota escrita pelo próprio punho do escritor. (TOCANTINS, 2003, p. 35)

Leandro Tocantins escreve que as observações, registros, verificações geográficas e astronômicas de Euclides da Cunha, assessorando o Barão do Rio Branco, fortaleceram a posição brasileira na discussão do tratado de limites com o Peru. O Alto-Purus, pretendido pelos peruanos e reivindicado até pelas armas, passou a pertencer ao Brasil porque já o era pela ocupação produtiva do solo. Euclides da Cunha mostra isso no Relatório da Comissão e suas notas complementares. O envio dessa comissão mista ao Purus mostra que Brasil e Peru se dispunham a aceitar a ocupação produtiva da área em litígio como critério para demarcação da fronteira.

O autor defende o que chama de “clima caluniado” do Acre contrariando as descrições tradicionais, porém há elementos no próprio texto de Euclides da Cunha que indicam a dificuldade que a natureza impunha à ocupação por mais que o autor tente fazer uma descrição poética da natureza local. Ao penetrar na Amazônia o autor disse ter visto “a gestação de um mundo” e percebeu que “o homem é ainda um intruso impertinente que chegou sem ser esperado nem querido quando a natureza ainda estava arrumando o seu mais vasto e luxuoso salão” (CUNHA, 2003b, p. 80).

O texto de Euclides da Cunha também ajuda a entender a baixa densidade populacional no Acre mesmo com o avanço a ocupação a partir da exploração da borracha. No artigo “Entre os Seringais”⁶, o autor descreve e analisa a abertura de um seringal no Purus, “onde se engenhou uma original medida agrária – a estrada (...) onde a unidade não é o metro, mas a seringueira.” (CUNHA, 2003b, p. 327) Uma estrada corresponde mais ou menos a 100 seringueiras. O autor aponta que a disposição das estradas torna o homem um solitário. Uma légua quadrada contém cerca de 16 estradas e pode ser explorada por oito pessoas apenas.

Além disso, o território sofria problemas de integração, pois se ocupava a margem dos rios havendo um grande “deserto” entre eles. A região entre os rios era descrita como deserto desde os relatos de missões religiosas que encaravam a densa floresta como impenetrável e que não seria habitada nem mesmo por índios, o que é bastante implausível. Daí se entende que autores se refiram ao Acre como “deserto ocidental”, pois a área não seria habitada. Para integrar o território do Acre, Euclides

⁶ Plácido de Castro sugeriu plágio. Em outubro de 1905, Euclides da Cunha encontrou-se casualmente com Plácido de Castro a bordo do vapor Rio Branco. Plácido escreveu alguns registros sobre a vida no seringal nas notas do escritor que depois publicou na revista Kosmos o artigo “*Entre os Seringais*”. O estilo do artigo, entretanto, é claramente euclidiano.

da Cunha⁷ sugere a construção de uma estrada de ferro ligando as sedes dos departamentos administrativos em que o Acre foi dividido após o Tratado de Petrópolis. A ligação Cruzeiro do Sul-Tarauacá-Sena e Madureira-Rio Branco até o Abunã é hoje a rodovia que liga esses municípios pela mesma rota por ele traçada. Leandro Tocantins chegou a sugerir que a BR 364 deveria chamar-se “rodovia Euclides da Cunha”.

Por outro lado, a natureza impelia os homens ao nomadismo na visão de Euclides da Cunha, o que justificaria que os brasileiros tenham adentrado o território boliviano e peruano, tanto mais porque não se sabia exatamente onde a fronteira estava situada. Nesse sentido, o autor destaca o rio Amazonas⁸ e a sua função destruidora (CUNHA, 2003, p. 79). “A enorme caudal está destruindo a terra” (CUNHA, 2003b, p. 84). Segundo os dados apresentados pelo autor, o Amazonas deposita 3 milhões de m³ de sedimento em 24 h, mas dissipa-os. Diz que é o menos brasileiro dos rios, “entregue dia e noite à faina de solapar a sua própria terra” (CUNHA, 2003b, p. 85) e continua:

“(…) é o efeito maravilhoso de uma espécie de migração telúrica. A terra abandona o homem. Vai em busca de outras latitudes. E o Amazonas, nesse construir o seu verdadeiro delta em zonas tão remotas do outro hemisfério, traduz de fato a viagem incógnita de um território em marcha. (...) Sempre desordenado e revoltado, e vacilante, destruindo, construindo, reconstruindo-se e devastando, apagando numa hora o que erigiu em decênios” (CUNHA, 2003b, p. 86).

Desse modo, a força das águas destruía casas e plantações arrancando pedaços inteiros de terra das margens. Isso ajudaria a entender o avanço em direção ao Acre. Como será visto mais adiante, os habitantes do Acre procuraram se adaptar ao problema da cheia dos rios na hora de construir suas casas⁹. Ainda segundo o autor, “a volubilidade do rio contagia o homem” tornando-o quase que naturalmente um nômade mesmo que este não o perceba. Como aponta o autor, no Amazonas, para o observador errante, a paisagem pareceria sempre a mesma, enquanto, para o observador imóvel, os cenários “invariáveis no espaço transmudam-se no tempo; diante do homem errante a natureza é estável, e aos olhos do homem sedentário, que planeja submetê-la à estabilidade das culturas, aparece espantosamente revolta e

⁷ No capítulo 12 – A Transacriana – (p. 167) In CUNHA, Euclides da. Um Paraíso Perdido, 2003.

⁸ Os rios que banham o Acre são afluentes do Amazonas.

⁹ No entanto, os rios no Acre não têm a força destruidora que Euclides verifica no Amazonas.

volúvel”. (...) “A adaptação exercita-se sobre o nomadismo” (CUNHA, 2003b, p. 91).

O segundo obstáculo a ser superado para a incorporação do Acre, uma vez vencida a batalha contra a natureza, era a questão diplomática e a luta contra os estrangeiros, peruanos e bolivianos, que teriam reivindicado os territórios ocupados por brasileiros. A maioria dos livros sobre a história da incorporação do Acre ao território nacional apresenta três fases de sua ocupação¹⁰.

Num primeiro momento, destacar-se-iam os conquistadores portugueses e paulistas que para lá convergiram através da penetração no território além da linha de Tordesilhas. Nesse sentido, é comum começar a história do Acre pelos tratados de Tordesilhas e Madri.

A segunda fase seria a dos exploradores, dos regatões e das expedições de reconhecimento do Alto Purus e do Alto Juruá. Antes de qualquer acordo entre Brasil e Bolívia acerca da posse da região, as “tierras no descubiertas” bolivianas já haviam sido penetradas. João Carretá chegou até a confluência do Ituxi em 1847. Serafim da Silva Salgado é considerado o descobridor das terras do Acre, reveladas por este pernambucano apenas em 1852. Contudo seu nome foi ofuscado pelo de outro explorador: Manoel Urbano da Encarnação, que subiu o rio Purus até o Rio Aquiri ou Acre¹¹ e outros afluentes, servindo de guia para o conhecido explorador William Chandless em 1864, a serviço da Real Sociedade de Geografia de Londres, que buscava encontrar conexões entre as bacias do Purus e do Juruá que cortam o atual território acreano e demonstrou que tal conexão não existia. Além disso, Chandless (que viria dar nome a um dos rios da região) fez um grande levantamento geográfico da região fixando, inclusive, seus pontos astronômicos. Mais tarde a expedição de Chandless serviu de argumentação em favor dos bolivianos, pois o explorador não encontrou nenhuma evidência de ocupação brasileira na região, onde se encontrariam apenas índios.

¹⁰ Um exemplo bem organizado da classificação destas fases pode ser visto em RICARDO, Cassiano. **O Tratado de Petrópolis**. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1954. Ver COSTA, José Craveiro. **A conquista do Deserto Ocidental**: subsídios para a história do território do Acre. Rio Branco, Tribunal de Justiça, 2003; REIS, Arthur Cezar Ferreira. **A Questão do Acre**. Manaus, Tipografia Phoenix, 1937 e TOCANTINS, Leandro. **Formação Histórica do Acre**. Rio de Janeiro, Editora Conquista, 1973.

¹¹ O nome Acre que foi posteriormente incorporado para designar a região é na verdade uma corruptela do nome do rio Aquiri.

A terceira fase começaria em 1877 com a grande seca no atual Nordeste brasileiro,¹² principalmente na província do Ceará que ocasionou uma maciça migração para a região. O ano de 1877 tem um grande significado simbólico e em grande medida se opõe como marco temporal do surgimento do Acre em relação ao ano de 1903 do Tratado de Petrópolis que resultou na incorporação definitiva do Acre ao território brasileiro. Nesse sentido, o Acre seria brasileiro desde 1877, isto é, a partir de sua ocupação, embora só o fosse de direito em 1903.

Os brasileiros acabaram por avançar em direção ao território boliviano, pois sequer faziam idéia de onde se situava a fronteira e perceberam a região como despovoada. Desde o Tratado de Madri, assinado em 1750,¹³ o limite entre as terras lusas e espanholas era dado pela linha Madeira-Javari ou linha leste-oeste. Em 1777, o Tratado de Santo-Ildefonso manteve a linha. Contudo, o Tratado de Badajós, assinado em 1801, anulou o Tratado de Santo Ildefonso e pouco tempo depois o Brasil e a Bolívia tornaram-se independentes deixando a fronteira entre estes dois países indefinida até o Tratado de Ayacucho (1867). Operou-se uma mudança da linha Madeira-Javari. O ponto de partida da nova linha não seria mais o ponto médio do Madeira, mas a confluência do rio Beni e Mamoré na latitude 10° 20' até a nascente do Rio Javari. No entanto, nenhum dos dois países sabia onde se localizava a nascente deste rio. No caso, imaginava-se uma linha paralela para ligar a referida latitude até a nascente do rio. Mas o tratado também previa que caso ambos os pontos não estivessem na mesma latitude, mas sim ao norte, dever-se-ia traçar uma linha reta ligando a latitude de 10° 20' até a nascente do rio Javari.

A Bolívia não reconheceria inicialmente as terras já ocupadas por brasileiros como era o intuito da diplomacia brasileira com base num alegado direito de *uti possidetis*. As terras seriam reconhecidas apenas com base nas linhas traçadas. O Brasil teria aceitado as condições bolivianas no Tratado de Ayacucho devido à situação política em que se encontrava.

¹² No século XIX, o país era dividido nas regiões Norte e Sul. A divisão em cinco regiões-Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste é do século XX.

¹³ O Tratado de Madri tentou resolver o problema dos limites das terras entre Portugal e Espanha, pois durante a chamada União Ibérica ambos estiveram sob mesmo reinado, revogando a linha de Tordesilhas. Uma vez separadas as Coroas, os colonos brasileiros já haviam avançado muito além da linha de Tordesilhas de forma que esta não poderia ser retomada. O tratado reconheceu as terras efetivamente ocupadas como portuguesas, baseando-se no direito de *uti possidetis*, isto é, a ocupação das terras desde tempos remotos.

“(…) eis que o Brasil ia atravessar uma das fases mais delicadas de sua vida nacional, arrostando os imprevistos de uma guerra absurda, imposta pelo ditador Solano Lopez. O momento, de indisfarçável gravidade, requeria uma urgente política de reaproximação continental, em bases de alianças até defensivas. A guerra podia alastrar-se num movimento de solidariedade de idioma, cultura, de despeito. E o Brasil tratou, sabiamente, de reatar negociações com a Bolívia, no propósito de concluir o até então malogrado diploma regulador de limites. A missão foi entregue a Felipe Lopes Neto em fins de 1866. (...) E assinaram, a 27 de março de 1867, o tratado que tomou o nome de Ayacucho”(TOCANTINS, 1973, p. 110).

Ainda persistiria um problema quanto ao tratado: como traçar a reta para alcançar a nascente do Rio Javari? Isto poderia ser feito com uma linha oblíqua da latitude 10° 20' até a nascente ou através de uma reta paralela ao rio Javari e perpendicular à referida latitude. Com uma linha inclinada, o Brasil deixava uma parte maior do território para os bolivianos. Nesse sentido, quando a borracha passou a se tornar um produto chave no mercado mundial e os dois países voltaram suas atenções para o local, a Bolívia defendeu a interpretação da reta inclinada e o Brasil a da reta paralela, pois a nascente do Rio Javari estava realmente ao norte.

Em 1895, o ministro plenipotenciário da Bolívia no Rio de Janeiro assinou com o chanceler brasileiro, Carlos Carvalho, um protocolo que reconheceu a latitude da nascente do rio Javari. Traçada a fronteira, o Acre era inteiramente boliviano (logo depois se questionou a localidade da nascente que estaria ao sul daquele ponto)¹⁴. Ainda assim, o chanceler brasileiro Dionísio Cerqueira reconheceu a linha de fronteira e deu permissão ao ministro boliviano, Dom José Paravicini, para instalar alfândegas no Acre que era segundo a diplomacia brasileira um “território incontestavelmente boliviano”.

Quando os bolivianos começaram a se instalar em 1899, houve uma imediata reação da população local secundada pelo Governo do Amazonas que sorratamente financiava a tentativa de repelir a retomada da região pelos bolivianos. Os brasileiros conseguiram expulsar os bolivianos da região. Neste momento, um jornalista espanhol, Luís Galvez Rodrigues de Árias, que já residia no Brasil há algum tempo, alcançou grande notoriedade denunciando na imprensa da

¹⁴ Em 1901, quando se estabeleceu o ponto exato viu-se que a situação dos brasileiros não melhorava muito. A imensa maioria do Acre estava em território boliviano.

região uma conspiração boliviana e norte-americana para consolidar a ocupação da região. O suposto esquema foi levado a sério e Galvez chefiou uma expedição com apoio do Governador Amazonense Ramalho Jr. para assegurar o domínio brasileiro na região o que, através de sua liderança, resultou na proclamação do Estado Independente do Acre, que deveria posteriormente integrar-se ao território brasileiro. O Presidente Campos Sales enviou tropas para a região com o intuito de devolver o Acre aos bolivianos. O Governo Galvez durou apenas oito meses. Logo os bolivianos começaram a ocupar a região. Uma tentativa de retomar a região para o Brasil conduzida por escritores, poetas e jornalistas brasileiros resultou na conhecida Expedição dos Poetas que voltou derrotada, mas que mostrava como a questão estava mobilizando os brasileiros na região.

O temor da perda dessa área aumentou quando o governo boliviano que temia perder o precário controle que tinha da região, decidiu alienar boa parte daquele território através de uma concessão feita ao Bolivian Syndicate, uma empresa americana que deveria explorar a região com amplas prerrogativas dadas pelo governo boliviano. Nesse momento, lideranças locais sondaram o experiente líder militar José Plácido de Castro para chefiar tropas brasileiras. Desejava-se uma ação rápida, pois se temia que, uma vez instalados, os americanos lutariam pelo controle da região ao lado dos bolivianos. A conquista do Acre por Plácido de Castro é usualmente designada como Revolução Acreana. A empreitada teve início com a conquista de Xapuri programada para ocorrer justamente na data em que os bolivianos celebram sua independência (6 de agosto de 1902) e depois avançando em direção a Porto Acre. Em 24 de janeiro de 1903, os dois países concordaram em decretar cessar-fogo.

Faltava ainda a solução do impasse diplomático gerado pela guerra. A primeira providência foi negociar com os investidores americanos a desistência do contrato do Bolivian Syndicate mediante compensação financeira paga pelo governo brasileiro. Os bolivianos ainda ameaçaram uma nova insurreição para retomar o território, mas a ofensiva foi contida pela iniciativa diplomática do chanceler brasileiro, Barão do Rio Branco. Em seguida, fixou-se o Tratado de Petrópolis com uma série de compensações para a Bolívia. O Acre foi incorporado ao Brasil na condição de território administrado pelo governo federal contrariando os interesses

do Amazonas que queria incorporá-lo a seu Estado e dos acreanos que desejavam um estado autônomo. Mesmo depois da solução da questão através da transformação do Acre em território havia uma forte aspiração pela autonomia do Acre. Em 1907, chegou-se a fundar o Partido Autonomista Acreano que editou o periódico *ACREANO*.¹⁵ Este semanário trazia como epígrafe o lema dos inconfidentes mineiros “libertas quae sera tamen” incorporado à bandeira do estado de Minas Gerais. Publicavam-se notícias do Partido, reuniões, atas das sessões e assuntos de interesse do Alto Acre. Até setembro de 1910 funcionou com o subtítulo “órgão do Club Político 24 de janeiro”, retornando em outubro de 1911 com o subtítulo “órgão do Partido Autonomista Acreano”. A publicação foi suspensa em 26 de junho de 1912 depois de uma série de ameaças aos redatores e um brutal caso de agressão a um deles por parte do Comandante da Companhia Regional¹⁶.

O Brasil recebeu as terras que havia ocupado e os bolivianos receberam uma série de compensações como terras brasileiras no Estado do Mato Grosso, liberdade de trânsito pelos rios brasileiros e o comprometimento por parte do Brasil de construir a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré¹⁷ com intuito de escoar a produção boliviana.

O Barão do Rio Branco foi celebrado mundialmente pela realização do acordo¹⁸. A comunidade internacional acompanhou de perto a questão, pois a contenda ameaçava o abastecimento mundial da borracha. Mas a questão ainda não estava totalmente resolvida com o Tratado de Petrópolis, pois faltava fixar a fronteira entre o Peru e o Brasil. Os peruanos desejavam validar o Tratado de Santo Ildefonso (1777) que, como visto, havia sido anulado pelo Tratado de Badajós (1801). Em 1909, os governos brasileiro e peruano entraram em acordo e o Brasil aceitou reduzir o Acre em relação àquilo que ficou estabelecido no Tratado de Petrópolis

¹⁵ A Biblioteca Nacional dispõe do periódico embora não tenha alguns dos números editados.

¹⁶ Para as informações da trajetória do jornal ver a ficha técnica no próprio periódico feita pela Biblioteca Nacional

¹⁷ Sobre a Estrada de Ferro Madeira Mamoré ver FERREIRA, Manoel Rodrigues **A Ferrovia do Diabo**. Editora Melhoramentos, 1959.

¹⁸ Ver TOCANTINS, Leandro. **Formação Histórica do Acre**. Rio de Janeiro, Editora Conquista, 1973, sobretudo o capítulo LX “Repercussões do Tratado”. O autor aponta que a popularidade internacional também se traduziu em popularidade interna, malgrado algumas resistências. Um dos maiores adversários de Rio Branco, na tribuna parlamentar e na imprensa foi Rui Barbosa que acusou o tratado de ser excessivamente generoso e afirmando que o Barão do Rio Branco não era verdadeiramente digno do aplauso internacional. O Senado aprovou a medida por 27 a favor e 4 contra e com a ausência de 13 senadores, inclusive do próprio Rui Barbosa.

concedendo parte destas terras ao Peru entregando parte do Alto Juruá e do Alto Purus.

Inicialmente, o governo foi dividido em prefeituras nomeadas pelo governo federal: Alto Acre, Alto Purus e Alto Juruá (que depois foi desmembrado para acrescentar-se o Departamento de Tarauacá). O regime de prefeituras decorria, entre outros fatores, da dificuldade de comunicação entre as regiões do Acre. Sabia-se desde as expedições de William Chandless que os rios acreanos não se comunicavam. Desse modo, as regiões entre as bacias hidrográficas eram quase incomunicáveis sendo necessário contornar a região pela via fluvial indo até o Amazonas e voltando, já que era muito difícil atravessar a floresta fechada. Este regime administrativo foi substituído pela figura do Presidente de Território em 1920. Neste período, o governo nomeou 23 presidentes, sendo sete militares e catorze bacharéis.

Em 1962, o Acre deixou de ser Território Federal e passou à condição de Estado, ficando estabelecido que o novo Estado deveria pagar uma indenização ao Estado do Amazonas, o que só veio a ocorrer em 1970. Ainda assim, o anseio acreano de eleger seu governante seria frustrado pelo golpe de 1964 e a instituição da figura do “governador biônico”, igualmente nomeado pelo governo federal.

1.2 História Econômica e Social do Acre

O Acre apresenta uma economia baseada em produtos primários principalmente na atividade extrativa e na agropecuária, embora tenha já um grau modesto de industrialização. Dentre estes produtos o de maior destaque até a década de 1970 foi a borracha, usualmente referida como ouro negro. A produção teve como alvo o mercado externo e a borracha aparece como o carro chefe da pauta de exportações acreanas. Tradicionalmente, utiliza-se o termo “ciclo da borracha” com base na categoria criada por Roberto Simonsen (1978)[1937] para indicar o período de grande produção da borracha. Não há balizas cronológicas bem delimitadas para indicar a duração do referido ciclo. Em geral, é datado no final do século XIX e o início do século XX. Esta classificação é feita substancialmente tomando como referência o estado do Amazonas e o período em que a borracha figurou com algum destaque na pauta de exportações nacionais.

“O grande aumento do valor das exportações brasileiras entre o último decênio do século passado e o primeiro do atual- fator principal da melhora substancial na posição da balança de pagamentos- teve como causa básica a grande expansão das exportações de borracha. A participação desse produto no valor das exportações brasileiras subiu de 10% em 1890 para 39% por cento em 1910” (FURTADO, 1995 [1959], p. 172).

Aponta-se ainda um segundo ciclo da borracha de 1943 a 1945. Este decorreu da grande demanda de borracha para aos países aliados na Segunda Guerra Mundial já que os produtores asiáticos estavam desorganizados com a guerra. Quando o Brasil finalmente entrou do lado dos Aliados, instaurou-se um sistema de produção em massa de borracha com o lema “borracha para a vitória”.

No primeiro momento, a grande expansão da borracha (1880-1913) decorreu de um aumento da demanda mundial por este produto com a descoberta da vulcanização simultaneamente por Goodyear e Hancock na Inglaterra. Em 1890, esse processo foi aprimorado com a introdução dos pneumáticos e a expansão da indústria automobilística. O Brasil, como o maior possuidor de reservas naturais de seringueiras (*Hevea brasiliensis*) viu um grande mercado aberto à exportação.

Um crítico muito influente da abordagem cíclica e filiado ao marxismo, Caio Prado Jr.¹⁹, reconhece igualmente o mercado externo como condutor da expansão da borracha.²⁰ O autor não utiliza a expressão ciclo e até se opõe a esta linha de análise, porém chega basicamente às mesmas conclusões. Depois de promovido pelo mercado externo, a produção da borracha foi superada pela competição oriental e teria entrado em um declínio irreversível. “Precisamente em 1912 a exportação da borracha brasileira alcança seu máximo (...) Daí por diante é o declínio” (PRADO Jr., 1994 p. 239). Em conclusão, o autor inclina-se para uma visão de desintegração total.

“É claro que desfeito o castelo de cartas em que se fundava toda essa prosperidade fictícia e superficial, nada sobraria dela. (...) Sobraram apenas ruínas (...) A terra se despovoou (...) O drama da borracha é mais assunto de novela romanesca que de história econômica (PRADO Júnior, 1994, p.240-241).

A relação entre comércio e desenvolvimento foi o tema por excelência da CEPAL²¹. Na tradição cepalina, deu-se um crescimento “puxado para fora”, isto é, cujo impulso dinâmico era dado pelo mercado externo, o que segundo esta escola só teria sido interrompido com a industrialização realizada com o processo de substituição das importações que teria internalizado a mola mestra do crescimento representada pelo mercado interno.

Um dos problemas apontados pela CEPAL é que os produtos primários apresentam um baixo valor agregado²². Basta imaginar o quanto seria necessário exportar de borracha para comprar um bem industrializado como um carro. Outro problema é que neste tipo de mercado há muitos concorrentes e os preços são instáveis.

Um dos problemas da visão dos ciclos econômicos é que determinados pontos do território nacional aparecem e somem do panorama de uma história nacional sem que se saiba o que aconteceu antes e depois dos momentos de destaque. O próprio termo ciclo é inapropriado para descrever o caso da borracha. Essa linha de análise

¹⁹ PRADO Jr. , Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo, Editora Brasiliense, 41ª edição, 1994. (Ver pags. 236-241)

²⁰ Para um esquema classificatório das escolas do pensamento econômico ver MANTEGA, Guido. **A Economia Política Brasileira**. Petrópolis, Editora Vozes, 1992.

²¹ CEPAL (Comissão Econômica Para a América Latina) organização vinculada à ONU de estudiosos dos problemas do desenvolvimento econômico da América Latina onde se destacaram Raul Prebisch, Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso, Carlos Lessa, entre outros.

²² Vide Prebisch (1949)

sugere que um determinado produto tem um ciclo de vida, isto é, uma fase de expansão seguida da fase de maturidade e de vertiginoso declínio. A análise é utilizada pelos teóricos do comércio para produtos diferenciados com base em tecnologia. Quando esta é nova, permite uma rápida expansão, mas uma vez que a nova tecnologia vai sendo progressivamente difundida a vantagem inicial vai sendo eliminada até que o produto sofra um declínio. A borracha é um produto homogêneo cuja competição nos mercados internacionais se dá em função de preços que, por sua vez, são determinados por custos de produção²³.

A análise da produção da borracha mostra que apesar do declínio a produção foi lentamente voltando para um nível próximo àquele encontrado à época do auge da borracha.

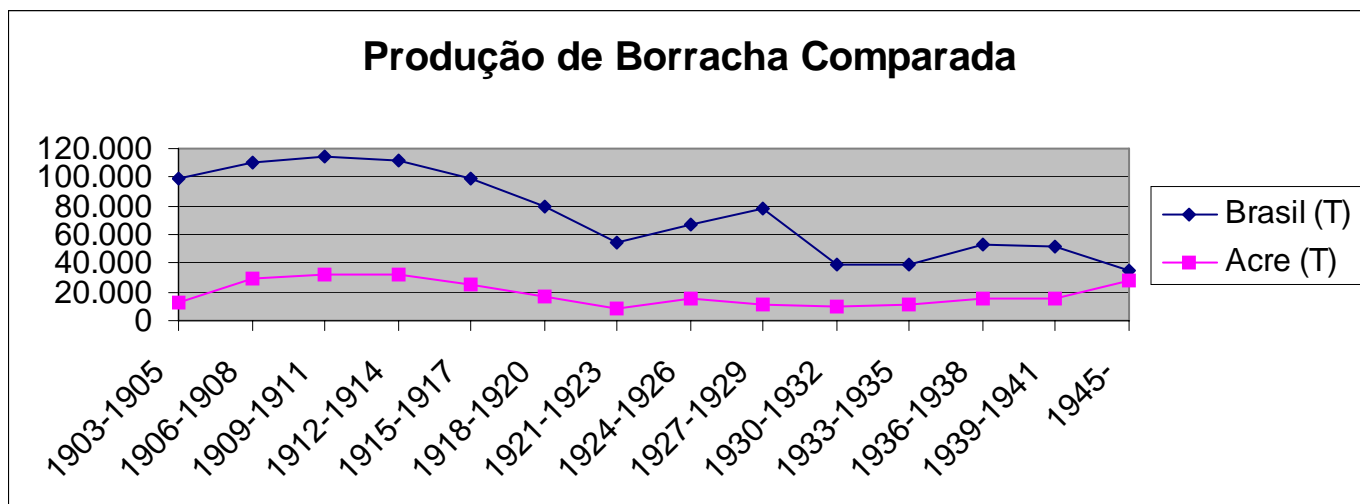
Tabela 1: Produção de Borracha do Brasil e do Acre em Toneladas

Anos	Brasil (T)	Acre (T)	%
1903-1905	98.914	12.763	12.60
1906-1908	109.656	29.385	26.7
1909-1911	114.121	32.245	28.3
1912-1914	112.049	32.199	28.7
1915-1917	99.014	25.359	25.6
1918-1920	79.444	17.135	21.6
1921-1923	55.099	8.643	16.7
1924-1926	66.333	15.614	23.5
1927-1929	78.106	11.247	14.3
1930-1932	39.138	9.152	23.3
1933-1935	38.997	10.512	26.9
1936-1938	52.860	15420	29.1
1939-1941	51.834	15.537	29.9

Fonte: COELHO, 1992, p.65

²³ Ver GONÇALVES, Reinaldo et al. **A Nova Economia Internacional**: uma perspectiva brasileira. Rio de Janeiro, Elsevier, 1998.

Gráfico 1



Fonte: COELHO, 1992, p.66

A análise do gráfico aponta que a tendência geral da borracha foi declinante no período selecionado, mas que a produção do Acre trabalhou no sentido de se aproximar de seus níveis históricos. A tendência foi apenas reforçada com o aumento da demanda de 1943. Progressivamente, o Acre passou a concentrar a imensa maioria da borracha produzida no Brasil. Dados posteriores mostram que a produção de borracha tendeu a permanecer num nível não muito inferior ao da chamada fase “áurea da borracha”. Contudo, este patamar representou uma faixa limite para a produção de borracha para a qual Estado se aproxima, mas também se afasta em períodos de crise.

Tabela 2: Produção de borracha no Acre

Ano	Quantidade de Borracha (T)
1953	10.484,834
1954	10.229,635
1955	10.302,800

Fonte: Relatório do Presidente do Território do Acre (1956)

A borracha continuou sendo o carro-chefe com 59% das exportações sendo seguida da castanha com 37%. A produção voltada para a exportação seguiu apoiando-se em produtos primários.

Tabela 3: Exportações do Acre (1956)- 1º semestre

Produtos	Quantidade (Kg)
Borracha	6.733.294
Castanha	4.260.810
Couros e peles silvestres	114.551
Couros vacuns	40.818
Madeiras	63.000
Produtos Agrícolas	52.964
Mercadorias em retorno	180.574
Total Geral	11.446.011

Fonte: Relatório do Presidente do Território do Acre (1956)

Os dados desabonam a aplicação da idéia de ciclo à economia da borracha no Acre, mas boa parte do impulso dinâmico era proveniente dos mercados externos. Isso sugere uma questão já colocada para o Acre: a da dependência de sua economia em relação aos mercados externos. No caso do Acre, também houve um problema de dependência em relação ao Estado do Amazonas e ao Governo Federal. Comparando-se os dados da produção da borracha acreana com outros Estados vê-se que o Acre tinha uma produção equivalente ao do Estado do Amazonas.²⁴

²⁴ Uma dificuldade para o pesquisador em trabalhar com dados relativos ao Acre é que estes costumam estar misturados com os do Amazonas pelo fato de ter sido território até 1962. Um grande esforço foi feito no sentido de separar estes dados em COELHO, Enice Mariano. **Acre: o ciclo da borracha**. Niterói, Universidade Federal Fluminense, dissertação de mestrado, 1982.

Tabela 4: Produção da Borracha no Acre, Amazonas e Pará em Kg (1903-1918)

Anos	Acre	Amazonas	Pará
1903	—	15.786.827	11.134.537
1904	2.249.440	13.122.847	11.428.537
1905	8.265.087	11.750.509	11.325.115
1906	8.092.639	10.781.526	11.746.704
1907	10.022.633	10.294.313	11.980.719
1908	11.270.453	9.984.102	11.015.650
1909	10.266.239	10.193.099	11.586.109
1910	11.512.542	10.453.652	10.257.017
1911	10.466.662	10.385.570	10.309.087
1912	11.554.707	10.483.634	11.635.388
1913	10.764.563	8.526.058	10.243.460
1914	9.881.583	8.465.297	9.683.234
1915	8.535.604	8.446.079	9.581.074
1916	8.263.448	7.889.600	8.799.219
1917	8.560.411	8.707.354	8.022.592
1918	8.568.583	7.349.177	5.610.200

Fonte: COELHO, 1982, p.68.

Pode-se perceber que a produção de borracha do Acre é bastante próxima a do Amazonas. Descontando os anos de 1903 e 1904 por problemas contábeis envolvendo a própria formação de um aparato estatal que pudesse produzir informações completas sobre o Acre, pode-se observar que a média anual de produção de borracha no período de 1905 a 1918 foi de 9.716.082.429 Kg contra 9.550.713.143Kg do Amazonas no mesmo período. Paradoxalmente, é notória a maior concentração de riqueza no Amazonas contrastada com a situação de pobreza mais crítica no Acre.

As razões para tal situação ficam mais claras quando se leva em conta a forma como se deu a organização da produção da borracha. O sistema de produção deste produto pode ser dividido em etapas. Considerando os agentes envolvidos no

processo, têm-se os seringueiros, os seringalistas, as casas aviadoras e as casas exportadoras.

Os seringueiros são os trabalhadores responsáveis pela extração da borracha e a eles competia a defumação e beneficiamento da borracha. Os seringalistas são os proprietários dos seringais. Os seringalistas vendiam a borracha às casas aviadoras que por sua vez a revendia às casas exportadoras.

As casas exportadoras localizadas em Belém e Manaus eram a parte que mais lucrava no processo e conduziam o processo. Na prática, as casas exportadoras faziam ofertas aos aviadores que eram espécies de atravessadores. Alternativamente, o valor da borracha podia ser estabelecido em contrato, sendo as casas exportadoras o lado mais forte nas negociações. Estas instituições eram basicamente controladas por estrangeiros e sem elas dificilmente haveria comércio internacional.

O tema da dependência e suas relações com o modo de inserção na economia internacional foi particularmente caro a autores ligados à CEPAL que buscavam explicar o problema deste tipo de relação. Na clássica tipologia sobre a dependência de Cardoso e Faletto (1970), havia duas situações fundamentais das economias latinas na fase da “expansão para fora”²⁵: as economias de enclave e as de controle nacional do sistema produtivo. Nos casos em que os grupos locais não se tornam suficientemente fortes para controlar o setor produtivo “a economia dos países latino-americanos também se incorporou ao mercado mundial através da produção obtida por núcleos de atividade primárias controladas de forma direta pelo exterior”. (CARDOSO & FALETTO, 1970 p. 46). Segundo os autores, este não era o tipo de dependência brasileira, mas o caso geral da economia boliviana e, pode-se acrescentar, o caso específico da economia da borracha. Por absoluta falta de capital nacional para realizar o empreendimento, mas ainda interessado nas receitas de exportação da borracha, o Governo boliviano concedeu a uma empresa americana organizada oportunamente com o nome de Bolivian Syndicate o direito de exploração direta das áreas produtoras de borracha sob território boliviano²⁶. Em

²⁵ Como já referido, é a situação da América Latina enquanto exportadora de produtos primários cuja produção é impulsionada conforme o mercado externo. Nos países em que houve êxito na política de substituição de importações, esta dependência foi em muito atenuada pela industrialização amparada pelo protecionismo que levou a uma fase de crescimento “puxado para dentro”.

²⁶ O esquema deixou de funcionar quando o Acre passou a ser parte do território nacional brasileiro.

economias de enclave, os produtores acabam por adquirir prerrogativas especiais que se sobrepõem a determinadas restrições da legislação interna do país.

“Foi ampla a liberdade de ação que o Bolivian Syndicate recebeu através de contrato com o governo boliviano (...) Fica clara a política do grande capital internacional de se apossar das fontes de matéria-prima: a companhia recebeu o direito de organizar uma força armada que incluía navios de guerra para operar nos rios. (...) à companhia foi dada opção nas compras de todas as terras na região” (COELHO, 1982, p. 52-53)

Apesar de a dependência existir também no caso brasileiro, esta se dava de outra forma enquadrando-se no caso de controle nacional do sistema produtivo. O sistema produtivo da borracha era controlado basicamente por nacionais. Porém, a comercialização era controlada por estrangeiros que monopolizavam as casas exportadoras. Havia pouco capital nacional devido à baixa acumulação. A própria organização da produção dependia muitas vezes de créditos obtidos junto às casas exportadoras. Preços, cotas e a inserção na economia mundial eram determinados por países centrais que no caso da borracha atuavam de forma bastante próxima aos centros produtores ainda que não detivessem o controle da atividade. Apenas os bancos estrangeiros tinham capacidade operacional para atuar de forma ampla no sistema de crédito e, sobretudo, no mercado de câmbio necessário para efetivar as transações com o exterior.

Segundo Coelho (1982), a atividade bancária ainda era muito restrita na região, herança de uma economia escravista onde as relações monetárias eram naturalmente menores e o meio circulante escasso. A própria adoção do esquema de aviamento é um indício do problema da falta de capital que também afligia a Bolívia. O aviamento era a sobrevivência de uma forma arcaica de relação de crédito que havia sido utilizada no período colonial quando as empresas exploradoras das drogas do sertão trocavam com os comerciantes gêneros alimentícios por produtos de coleta na base do escambo e como uma solução para escassez de meio circulante. As casas aviadoras eram responsáveis pelo abastecimento das regiões produtoras (principalmente com gêneros alimentícios) e eram intermediários entre os seringalistas e as casas exportadoras, caracterizando uma aliança entre setores “tradicionais”, “modernos” e o capital internacional. As casas exportadoras localizavam-se exclusivamente em Manaus e Belém e as casas aviadoras também se

concentravam nessas duas capitais de sorte que uma boa parte da riqueza produzida no Acre não era retida pela própria região. Outros fatores dificultavam a retenção desta riqueza pelo Acre. Em decorrência de acordos com a Bolívia e o Peru, pagava-se 8% de direitos de exportação sobre os produtos derivados do Acre e outros 20% ao governo federal.

Também pesava contra o Acre o alto custo dos transportes. A melhor forma de escoar a produção da região é a fluvial. Mas devido à irregularidade dos rios isso nem sempre era possível. Os rios chegam a apresentar até 4 meses de vazante. Geralmente, uma boa parte do transporte é feita através de navios e a partir de determinados pontos é necessário fazer baldeação. O preço do frete era uma queixa recorrente dos produtores locais que reivindicavam a subvenção estatal para custear o preço do transporte.²⁷

O preço do transporte também determinava um alto custo de vida comparado com outras capitais com preços de 100 a 300 por cento mais caros em vários produtos alimentícios (COELHO, 1982 p. 87). Como o abastecimento era feito pelas casas aviadoras o alto custo de vida representava uma piora dos termos de troca da borracha junto às mesmas se comparado com o mesmo produto em Manaus e Belém.

Com tamanhos custos, o seringueiro estava numa situação de total dependência. Os instrumentos necessários à extração da borracha como a “tigelinha” e o “machadinho” eram concedidos mediante empréstimo e os alimentos eram computados como dívida em livro-caixa contra os quais os seringueiros deviam apresentar o produto obtido. Enquanto não quitasse a dívida, o seringueiro não podia deixar a terra. Através de minuciosos cálculos, Euclides da Cunha (2003a)²⁸ conclui que as dívidas sempre superavam os ganhos de forma que o seringueiro “trabalha para escravizar-se”. Com efeito, a legislação brasileira atual repele esta forma de aprisionamento como uma forma de escravidão e ainda é possível verificar a sobrevivência deste tipo de prática. Mesmo na época a imprensa, principalmente a do Rio, denunciou o fato como uma escravidão disfarçada. Avelino Chaves, autor de um

²⁷ Vide CHAVES, Avelino Medeiros. Exploração da Hévea Federal no Território Federal do Acre. Monografia apresentada na Exposição Nacional da Borracha, 1913. O autor era um seringalista acreano e apresenta uma longa exposição sobre os métodos mais eficientes de produção da borracha, defende os proprietários dos seringais por sua alegada exploração da mão-de-obra local além de várias reivindicações como subsídio do preço do frete e à atividade da borracha de uma forma geral.

²⁸ CUNHA, Euclides da. À margem da História. Rio Branco, Tribunal de Justiça, 2003.

estudo de 1914 já mencionado sobre a borracha e dono de um seringal no Acre, procura defender os proprietários locais culpando o preço do frete pelas dificuldades dos trabalhadores locais.

Com o fim da escravidão, houve um aumento das relações assalariadas, porém mesmo com a expansão do meio circulante devido à expansão das relações assalariadas de produção, estas não se impuseram de imediato, inclusive por razões de convicção quanto à política econômica.²⁹ Ainda assim, a permanência de relações não-assalariadas de produção e de escravidão mascarada mostra as dificuldades de operar uma transição de um regime escravista para um regime capitalista. Na região Norte, o problema da falta de braços se manifestou mais cedo, uma vez que a maioria dos escravos foi transferida para as regiões do Sul pelo tráfico interprovincial de forma que mesmo antes da abolição a escravidão das regiões do norte era residual.

Muitos proprietários já eram “capitalistas” em princípio. Tinham uma mentalidade empresarial e portavam-se conforme uma definição tradicional de agentes racionais que maximizam lucros. Um exemplo disso pode ser visto no próprio Avelino Chaves ao comentar sobre a organização da produção.

Tabela 5: Resultado das incisões

Renovações	Borracha seca (gr.)	Média por incisão
1 ^a	284	
2 ^a	468	15
3 ^a	738	24
4 ^a	808	27
5 ^a	1020	34
6 ^a	1126	37
7 ^a	1063	35
8 ^a	1148	38
9 ^a	1126	37
10 ^a	1297	42

²⁹ Desde o Império, a política monetária era definida como “metalista”. Adotava-se um regime de taxas de câmbio fixo atrelado ao padrão-ouro combinados com uma política de austeridade fiscal e monetária que tinha como objetivo a manutenção deste sistema. Com a República, os chamados “papelistas”, dos quais o maior exemplo é Rui Barbosa, subiram ao poder e entenderam a expansão do meio circulante como uma forma de promover expansão econômica e industrialização. Os papelistas não permaneceram muito tempo no poder.

11 ^a	1233	41
12 ^a	1261	45
13 ^a	1219	42
14 ^a	1219	44

“Vê-se pelo quadro acima que se deu um acréscimo constante no fluxo do leite até à 10^a reabertura das incisões” (CHAVES, 1913 p. 30).

O que Avelino Chaves está defendendo com apoio de outros produtores na Exposição Nacional da Borracha é justamente o uso mais racional dos recursos produtivos. O produtor sabe, ainda que por experiência, que a produção sobe até a 10^a incisão e cai daí em diante. Os produtores revelam aqui um comportamento de agentes racionais que maximizam lucros e minimizam custos, superando uma visão de exploração predatória de curto prazo. Numa definição clássica sobre o que seria o “espírito do capitalismo”, o sociólogo Max Weber entende que formas predatórias de exploração como a pilhagem e a exploração colonial devem ser compreendidas como formas pré-capitalistas e que o capitalismo ou o tipo ideal de capitalista se assentaria em bases mais racionais e duradouras de comportamento econômico.

“Este processo de racionalização no campo da ciência e a organização econômica determina indubitavelmente uma parte importante dos ‘ideais de vida’ da moderna sociedade burguesa. O trabalho a serviço de uma organização racional para o abastecimento de bens materiais à humanidade, sem dúvida, tem-se apresentado como uma das importantes finalidades de sua vida profissional” (WEBER, 1992, p. 50).

A definição está num mundo ideal: mais no campo das idéias ou do espírito do capitalismo que nas relações cotidianas. É antes a lógica que preside à ação empresarial que um sistema econômico. Faltavam relações assalariadas de produção. Tentava-se instaurar uma ordem capitalista em meio a um passado escravista. O capitalismo que se instalava no Acre e que já começava a dominar o “espírito dos acreanos” não levava à superação das formas pré-capitalistas de produção. Pelo contrário, o capitalismo convivia bem com as antigas formas de produção e

reproduzia estas formas como é o caso do sistema de aviação fortalecido pela economia da borracha.³⁰

O Estado do Acre apresentou uma estrutura sócio-econômica marcada pela desigualdade social, mesmo se comparado com outros Estados produtores de borracha como Amazonas e Pará. Isto pode ser visto como reflexo da pouca retenção dos recursos produzidos pelo Estado apontado anteriormente, pelo alto custo de vida devido ao abastecimento encarecido pelo custo do frete e que funcionava também contra a própria produção da borracha ao tornar mais caro o produto. Costuma-se atribuir a dificuldade do abastecimento à administração dos seringais onde os seringueiros estariam impedidos de produzir para sua própria subsistência. Contudo, é um problema recorrente que em atividades monocultoras de exportação haja problemas de abastecimento que se agravam durante o período de alta do preço do produto exportado. A relação estudada por Celso Furtado (1995)[1959] é de que se tende a utilizar o total da área e da força de trabalho disponível para a produção do produto de exportação não havendo espaço para a produção de subsistência; podendo haver uma produção para subsistência um pouco maior quando o produto está em baixa. Antes que houvesse uma política de incentivo à pecuária, esta atividade era muito pouco desenvolvida a ponto de haver dificuldades de abastecimento de carne. O relatório do Presidente de Território de 1956 apontava

“A maior dificuldade que encontramos quanto à alimentação para o povo, diz respeito ao abastecimento de carnes, sabendo-se que, no Acre, não existem campos naturais, sendo relativamente pequena a área de pastagens artificiais. Por outro lado, o rebanho bovino do território não ultrapassa a 30.000 cabeças, para uma população humana de 142.000 habitantes. O déficit alimentar, conseqüentemente, quanto a carnes, é espantoso – mormente porque esse rebanho não está disseminado proporcionalmente em toda a área, disso resultando alguns municípios praticamente sem pecuária, como é o de Cruzeiro do Sul, e outros melhor servidos, assim o de Rio Branco, apesar de haver uma taxa insuficiente às necessidades da população”.

“Essa insuficiência era em grande parte sanada com a importação de gado em pé do norte da Bolívia o que, no momento, não se está verificando por diversos fatores, salientando-se dentre eles certas epizootias que estão grassando nos rebanhos bolivianos. Por outro lado, o governo daquele país, forçado pelo decréscimo originado dessas zoonoses, acaba de baixar instruções que limitam de muito essas importações, ao mesmo tempo em que estabeleceu taxa alta para exportação de gado em pé (...).”(IJJ 9 – 642 – Relatório sobre o governo do Acre apresentado ao Presidente Juscelino Kubstichek, 1956 p. 31)³¹.

³⁰ Segundo Fragoso (1998), a economia colonial pode ser caracterizada como um mosaico de formas não-capitalistas de produção que vão além da plantation escravista e exportadora.

³¹ De autoria do Presidente de Território João Kubstichek de Figueiredo.

A situação potencialmente conflitiva se agravou a partir da década de 1970. Os governos militares, diante da queda do preço da borracha e das dificuldades de abastecimento, acreditaram que o empreendimento agropecuário seria o caminho para o povoamento do Acre e parte do projeto de levar os “homens sem terra à terra sem homens”, isto é, o deslocamento do fluxo migratório do Nordeste para o Norte ao invés do Sudeste como ficou patente em inúmeras iniciativas como a Transamazônica. A atividade econômica era em muitos aspectos inadequada para o Estado para ser adotada em grande escala. Numa região de floresta densa, esta empresa obrigaria a um grande desmatamento e por ser extensiva obrigaria à ocupação sistemática de novas terras e requeria pouca mão-de-obra, o que não ajudaria o povoamento. Também foram favorecidas a atividade madeireira e a mineração. Esses novos imigrantes ficaram conhecidos como “paulistas” embora também tivessem outras procedências geográficas. A borracha enfrentava um período de baixa no preço do mercado internacional e perdeu todo o apoio governamental. O Banco da Borracha foi transformado em Banco da Amazônia redirecionando seus empréstimos para as novas atividades pelas quais o desenvolvimento local deveria se pautar. A pecuária tal como a borracha em tempos de crise precisou ser impulsionada pelo Estado para que prosperasse. Com o crédito cortado e o preço em baixa, muitos seringueiros foram obrigados a vender suas terras para saldar suas dívidas. Para os seringueiros, isso significava a eliminação de sua atividade sendo que muitos eram analfabetos e dificilmente encontrariam outra ocupação. O baixo preço das terras atraía igualmente especuladores e grileiros. Aumentou a migração para as cidades e a tensão social se agravou muito pelos métodos violentos utilizados para expulsar as populações locais de suas terras como queima de casas e uso de armas de fogo.

Na década de 1970, com toda essa insatisfação deu-se uma maior organização das populações locais e surgiram os primeiros sindicatos de trabalhadores. Todas as atividades patrocinadas sob o rótulo de um novo modelo de desenvolvimento para a Amazônia implicavam um grande desmatamento. Isso gerou uma enorme resistência de uma ampla rede social pautada pela defesa da floresta. Uma ampla gama de “excluídos” socialmente apresentou-se como Povos da Floresta que incluíam seringueiros, índios (em seus diversos povos), ribeirinhos e colonos. Todos estes

setores sociais tiveram suas terras invadidas e passaram a defendê-las pela mobilização social. Uma forma de resistência ficou conhecida como “empate”: quando um grupo de pessoas se interpunha no caminho cercado a área que não desejavam que fosse desmatada (como um seringal por exemplo), formando uma espécie de cordão de isolamento. Passou-se reivindicar a demarcação de terras indígenas e os Povos da Floresta mostraram-se solidários na defesa das causas de seus componentes. Lideranças destacadas foram assassinadas como foi o caso de Wilson Pinheiro, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasiléia e Chico Mendes, presidente do Sindicato em Xapuri.

Chico Mendes conseguiu dar grande visibilidade à questão no Acre. A expressão Povos da Floresta tornou-se mais difundida do que nunca. Chico Mendes deu um caráter pacífico ao movimento, ao contrário de experiências anteriores de empates onde se levavam armas. Progressivamente, o movimento mudou a diretriz passando a se pautar não apenas pela garantia do direito de posse e relegando o desmatamento a um plano secundário, mas fazendo da preservação a grande bandeira do movimento dos Povos da Floresta. A seringueira tornava-se progressivamente um símbolo da luta acreana. Também se defendeu a criação de Reservas Extrativistas que seriam protegidas por lei e assegurariam a manutenção das formas de vida dos seringueiros e com uma imaginada ampliação de direitos sociais (especialmente nas áreas de educação e saúde) sem falar na demarcação das terras indígenas.

Por volta de 1986, todas essas questões ganharam alguma visibilidade nacional sendo apoiadas fora do Acre. Porém, o que aumentou a atenção sobre a questão no Acre foi a perda da principal liderança dos Povos da Floresta com o assassinato de Chico Mendes em 22 de dezembro de 1988. Em diversas oportunidades, Chico Mendes noticiou a todas as autoridades competentes que seria assassinado e quem cometeria tal crime. Seu assassino tinha um mandado de prisão e Chico Mendes chegou a vê-lo em frente a uma delegacia em Xapuri sem que fosse preso. O líder trabalhista foi assassinado em sua própria casa. O episódio passou a ser acompanhado pela imprensa do mundo. Houve uma grande cobertura jornalística do julgamento dos assassinos de Chico Mendes, mas apesar da condenação ambos fugiram da prisão de forma extremamente fácil pouco tempo depois de presos, o que gerou uma enorme insatisfação da opinião pública. Posteriormente, seus assassinos

foram recapturados. Contudo, o mandante do crime já se encontra em liberdade após ter cumprido a sua pena enquanto o autor dos disparos continua preso.

Há, portanto, um impasse acerca do modelo de desenvolvimento a ser seguido pelo Acre. A Economia do Meio Ambiente oferece uma possibilidade de promover uma análise da relação custo benefício entre estas duas opções. Contudo, há ainda outro fator a ser contemplado por estas mesmas ferramentas de análise e que é tradicionalmente ignorado pela historiografia do Acre: uma série de bens culturais responsáveis por uma identidade acreana e que o distingue em meio ao contexto amazônico. Este sentimento de identidade foi realçado com a emergência dos chamados Povos da Floresta mencionada neste capítulo. A contribuição dos mesmos para o patrimônio cultural acreano será considerada no próximo capítulo.

CAPÍTULO II: PATRIMÔNIO CULTURAL DO ACRE

Neste capítulo, serão analisadas algumas referências culturais do Acre. Estas referências permitem a identificação de bens culturais passíveis de serem classificados como patrimônio cultural.

O estudo do Estado do Acre revelou uma enorme diversidade de bens e práticas culturais. Contudo, não há registro patrimonial no Acre. O Arquivo Noronha Santos dispõe de dois pedidos de tombamento feitos no Acre, referentes a Porto Acre e ao Club Municipal, sendo ambos indeferidos. Os pedidos foram feitos em forma de ensaio em artigos curtos respaldados pela Universidade Federal do Acre não sendo acompanhados propriamente de um parecer técnico acerca do que deveria ser tombado. Pediu-se o tombamento do Club Municipal em Xapuri, que deveria passar a se chamar Casa de Plácido de Castro, responsável pela memória do assim chamado “libertador do Acre”. O Club Municipal, fundado em 1904 teria sido “ponto de encontro para os movimentos cívicos e sócio-culturais da comunidade xapuriense”, além de reunir a elite comercial e borracheira e artistas de várias nacionalidades. Segundo o curto item denominado “Justificativa e Relevância”, teria grande valor arquitetônico e ainda serviria, tal como no passado, de “ponto de encontro cívico”.

O pedido apresentava uma série de deficiências que foram apontadas pelo parecer em resposta dado pelo IPHAN. Como aponta o levantamento feito por Cecília Londres da Fonseca (1997) em trabalho clássico sobre o patrimônio e preservação, os pedidos que não partem do próprio IPHAN apresentam de forma mais recorrente problemas técnicos. Analisando-se os pedidos de tombamento entre processos deferidos, processos arquivados e processos em estudo, pode-se notar que os pedidos feitos pela própria instituição têm melhor performance na obtenção de tombamentos.³² Entre as razões para explicar essa diferença, a autora ressalta a

³² Fonseca (1997) ressalta, no entanto, que em comparação com o período anterior à década de 70 os pedidos solicitados por iniciativa do próprio IPHAN eram a imensa maioria entre o total dos pedidos e que os pedidos internos passaram a representar apenas 13% do total a partir de 1970.

familiaridade dos membros da instituição com os critérios técnicos requeridos nos processos de tombamento e a atuação de seus membros junto à própria instituição no sentido de agilizar o trâmite do pedido. Os dois problemas aparecem em relação aos pedidos de tombamento do Acre. Faltava representatividade àquele Estado e o pedido apresentava uma série de deficiências em suas justificativas que foram apontadas pelo parecer do Iphan. Fonseca (1997) explica a recusa de tombamento no Acre mesmo em meio a um contexto de ampliação da visão de patrimônio

“Nos anos oitenta, as concepções mais recentes da nova historiografia começaram a ser incorporadas à prática de tombamento da SPHAN, mas eram reiteradamente contestadas nas impugnações. Foi dentro desta perspectiva que passaram a ser lidos e valorizados alguns testemunhos da ocupação do território brasileiro, da evolução das cidades, dos diferentes grupos étnicos, da história da ciência e da tecnologia no Brasil. Tratava-se, como diz o arquiteto Luís Fernando N. Franco, da SPHAN, de ler os “desertos” deixados pela história factual. Entretanto, se essa mudança de perspectiva veio possibilitar a inclusão de novos tipos de bens no patrimônio cultural brasileiro, falta ainda muito para cobrir as lacunas, mesmo em relação à história dos ‘grandes eventos’, deixadas pela orientação anterior”.

“Além disso, fatores como a modéstia das edificações, a falta de documentação escrita e a dificuldade de fiscalização constituem entraves para o tombamento de certos bens historicamente significativos dentro dessa nova perspectiva. Foi o que ocorreu com a Casa Plácido de Castro, em Xapuri, Acre e com as ruínas da Vila Porto Acre, com os marcos da ocupação da Amazônia (...) todos pedidos encaminhados por entidades locais e todos arquivados” (FONSECA, 1997, p. 225).

O Estado foi visitado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional que realizou uma série de fotos no local, sobretudo do referido clube. As fotos aparecem na seção “Inventários” do Arquivo Noronha Santos. O pedido foi indeferido, seguindo a orientação do parecer que dizia que a documentação fotográfica mostrava apenas um conjunto modesto de sobrados e algumas casas térreas de alvenaria ou de madeira, sendo o próprio clube bastante deteriorado e constituído destes mesmos materiais. O parecer ressaltou ainda que “um dos poucos valores encontrados é o histórico”. De forma subliminar, a motivação histórica foi vista como insuficiente para justificar o tombamento. Some-se a isso, o fato de que o parecer aponta que o clube era importante para a história local, mas não para a nacional.

O outro pedido de tombamento refere-se à área de Porto Acre, sobretudo o “núcleo histórico” em torno de um quartel que teria tido como função a organização de milícias nas lutas pela conquista do Acre e que teria comandado o território de colônias (região acreana). Outros prédios foram construídos em seu entorno com

alicerces de cimento e cal com a utilização de materiais como pedras e garrafas que seriam raras e oriundas da França, Espanha e Portugal. O local expressaria a luta pelo Acre “conquistado à custa de sangue dos bravos nordestinos que o colonizaram”, conforme descreve o pedido. Também foi indeferido pelo mesmo parecer, que considerava que a área era importante somente para a história local. O parecer ressalta dois detalhes dignos de atenção como as ruínas que revelavam um tipo *sui generis* de alvenaria-cimento, cal e garrafas-e valas de trincheira que revelavam a tática de guerrilha utilizada por Plácido de Castro. Nesse ponto, o parecer, mesmo negando o pedido de tombamento, tinha melhores argumentos para fazê-lo do que o próprio pedido. Aponta-se também uma crítica ao pedido de tombamento por falar de forma inespecífica de fósseis que são encarados legalmente como bens culturais. Em princípio, a presença deste tipo de material arqueológico seria um possível objeto de tombamento a ser inscrito do livro de tombo de patrimônio arqueológico, etnográfico e paisagístico. Com efeito, na série de inventários há uma notícia de jornal sobre a descoberta de fósseis de dinossauros cuja existência era desconhecida no Brasil, mas que não foi acompanhada posteriormente. Contudo, o pedido não fazia remissão a nenhum sítio arqueológico específico que pudesse ser tombado, apontando de forma genérica a existência de fósseis na região. O parecer conclui “Quais as condições reais para que se procure elevar esse núcleo à categoria de cidade histórica”?

Muitas das referências culturais acreanas só podem ser entendidas quando se considera a contribuição dos primeiros povos que habitaram a região: os índios.

2.1. Questão Indígena

Os índios fazem parte dos Povos da Floresta que se apresentam como defensores da natureza. Os índios se dividem em vários povos, mas situando-os nos grandes grupos lingüísticos encontram-se majoritariamente na família Pano e, em menor medida, na família Arawak. O critério lingüístico tem sido crucial para a classificação e estudo das culturas nativas.

“Podemos formular hipóteses sobre a localização dos povos indígenas em diversos momentos do passado (...) E podemos testar modelos de seqüenciamento cultural histórico que situam a linguagem e a comunicação em relação às forças materiais, econômicas e políticas. (URBAN, 1992, p.87)

O Museu do Índio da FUNAI (Fundação Nacional do Índio) no Rio de Janeiro apresenta em uma longa listagem em seu endereço eletrônico muitas das vinculações conhecidas entre grupos indígenas específicos e as grandes famílias lingüísticas conhecidas. Esta operação de reconstrução é muito trabalhosa, pois envolve a junção de longas listas de vocabulários, isolamento de equivalências de som e termos comuns separando entre estes os empréstimos dos verdadeiros cognatos. A partir de determinadas porcentagens de cognatos em comum pode-se inferir se houve uma origem comum e há quanto tempo se deu a separação entre duas línguas. A situação deste tipo de estudo se encontra bem desenvolvida para o caso dos Arawak e dos Pano no Acre, de forma que os grupos indígenas serão apresentados como partes constituintes destes dois grandes grupos lingüísticos .

Uma primeira diferença marcante é que os Arawak se encontram em “diáspora” a exemplo de outros grandes grupos como os Jê, os Karib e os Tupi contemplados na análise de Urban (1992) enquanto a família Pano se encontra em relativa unidade cultural e geográfica. “Os grupos [Pano] se caracterizam por uma uniformidade lingüística e cultural e todos se situam numa mesma região do sudoeste da Amazônia” (GONÇALVES, 1991, p.54)³³. Em ambos os casos existem complexos sistemas de subclassificações que dividem estas duas grandes famílias lingüísticas em subgrupos que aglutinam grupos indígenas distintos em categorias como “Panos do Sudeste” ou “Panos Meridionais”.

A família etno-lingüística Pano é constituída de aproximadamente 30 mil falantes, situando-se na região de fronteira entre o Brasil e o Peru em uma área quase ininterrupta que vai do alto Solimões ao Purus. “Fora dessa zona principal, o único enclave Pano importante se situa na região limítrofe entre Rondônia e Bolívia” (ERIKSON, 1992, p. 239). O mesmo autor ainda aponta que vários outros pequenos bolsões de panos podem ser encontrados em áreas próximas devido às correrias que eram incursões relâmpago para a captura ou extermínio de índios na época da borracha. Esse grupo sul oriental, embora bastante próximo de sua provável região de origem foi provavelmente povoado a partir de sucessivas ondas de migração

³³ Gonçalves, Marco Antônio. (org.) **Acre: história e etnologia**. Rio de Janeiro, Núcleo de Etnologia indígena, Laboratório de Pesquisa Social DCS-IFCS-UFRJ. Fundação Universitária José Bonifácio, 1991. O trabalho que envolveu vários pesquisadores apresenta várias informações sobre diversos povos indígenas do Acre

vindas da região do Guaporé e estão separados da maior parte dos outros Pano por um corredor de população arawak através de uma intrusão por volta de 700-800 d.C que cortou a família Pano em dois.

Há pelo menos 15 grupos indígenas conhecidos no Acre. Entre estes podem destacar-se os Jamamadi, Kamadeni, Apurinã³⁴, Manchineri, Madija, Ashaninka (ou Kampa), Katukina, Kaxarari, Jaminawa, Kaxinawa, Shauanawa-Arara, Poyanawa, Nukini e Apolima. Ocorre, no entanto, que alguns grupos podem entrar na categoria de isolados que teriam tido pouco ou nenhum contato³⁵ com os brancos e os arredios que adotam uma postura belicosa e não interagem socialmente com os demais. Para alguns dos povos listados já há estudos, mas sabe-se comparativamente menos em relação às demais como os Nukini, Amawaka, Arara-Shaunaua. Deste modo, os grupos indígenas analisados serão os que apresentam mais informações conhecidas.

Os diversos grupos indígenas apresentam uma dinâmica cultural e não tradições estacionárias. Há influências recíprocas entre índios e seringueiros e entre grupos indígenas antes e depois da chegada dos colonizadores, conforme apontam vários estudos arqueológicos. Uma das mais controvertidas e difundidas teses sobre os Pano aponta que estes poderiam ter estado sob domínio Inca antes da chegada dos espanhóis e algumas mitologias Pano referem-se a heróis denominados 'Inka' enquanto outros mitos recordam explicitamente a época em que estes povos teriam vivido sob o domínio Inca. Boa parte da polêmica refere-se a dúvidas quanto à adequação de interpretar estas mitologias de forma literal ou como evidência desse domínio. Se o domínio Inca não é seguro, o contato entre Inca e Panos é certo. "As ocasiões de contato direto entre Pano e 'Inka' foram, portanto, muitas sem falar dos contatos intermediados" (ERIKSON, 1992, p. 246)

Os *Kaxinawa*³⁶ são o grupo indígena mais numeroso do Acre e mesmo nos mais variados esquemas de subconjuntos Pano são considerados à parte ao invés de aglutinar-se com outros grupos indígenas. "(...) Apresentam as características correntes de uma 'etnia', em termos políticos, matrimoniais e territoriais. Muito mais

³⁴ Os três primeiros estão mais perto de Rio Branco que de Manaus, embora estejam no lado do Amazonas ao Sul do Estado. Costumam ser considerados como parte da história indígena do Acre por sua vinculação maior ao Acre que ao Amazonas.

³⁵ O nome "isolado" deriva da crença de que estas comunidades indígenas não tiveram nenhum contato com os brancos, o que muitos antropólogos reputam como bastante improvável

³⁶ Há enormes variações de grafia para os Kaxinawa e praticamente todos os grupos indígenas de forma que apenas uma foi adotada e as outras deliberadamente suprimidas.

bem conhecidos etnograficamente do que os outros Pano, representam para muitos o paradigma de uma sociedade pano típica e não sem razão” (ERIKSON, 1992, p. 241). De fato, os Kaxinawa contaram com um trabalho pioneiro de Capistrano de Abreu (1914) que elaborou uma gramática normativa de um idioma que antes existia apenas na forma oral, além de fazer uma análise etnográfica dos kaxinawa em uma edição bilingüe (em Kaxinawa e em português). O nome Kaxinawa³⁷ quer dizer “família de morcegos” devido à crença de que a alma se encarna nestes animais e neles podem ser vistos seus antepassados. Estes índios se autodenominam huni kuin (gente verdadeira). Em muitos outros casos, a diferença de nomes atribuídos pelo próprio grupo e por outros pode gerar certa confusão. Como regra geral, adotar-se-á o nome corrente.

Os Kaxinawá foram um dos grupos que mais teve contato com os brancos. Muitos foram dizimados pelas correrias e pelas epidemias. Os que permaneceram em território brasileiro foram muitas vezes incorporados às atividades econômicas dos seringais, porém mantendo o cultivo para a subsistência. Como contraponto, os Kaxinawa do lado peruano mantiveram muito mais de suas tradições e estruturas sociais (GONÇALVES, 1991, p. 204)

Cada aldeia é uma unidade política, econômica e social autônoma não havendo uma liderança que se sobreponha ao chefe de aldeia. Os kaxinawas organizam sua sociedade em metades e seções. O pertencimento a uma metade é transferido de pai para filho ou da tia paterna para a sobrinha e pertencer a uma seção matrimonial é transferido do “avô” ao pai e deste ao filho e da irmã do pai à filha do filho da irmã.

“A metade e a seção a que uma pessoa é que determinam com quem ele irá se casar, o papel que terá nas cerimônias e outras atividades. Um homem não deve se casar com mulheres de sua própria metade, somente com as da metade oposta e idealmente da seção correspondente à sua” (AQUINO e IGLESIAS, 2004, p. 148)

Segundo Gonçalves (1991), “as metades são as estruturas sociais que unem todas as aldeias autônomas em uma só sociedade” (GONÇALVES, 1991, p. 208). O casamento implica coabitação, relação sexual (embora não exclusividade) e cooperação econômica e prevalecem casamentos “arranjados” pelos pais.

³⁷ O sufixo nawa quer dizer família e é encontrado em diversos grupos da família Pano.

Os Kaxinawa possuem um profundo conhecimento de plantas medicinais existentes na floresta que são ministradas por um xamã que acumula as funções de líder espiritual e curandeiro, pois se acredita que os dois aspectos estejam interligados. Ainda assim, separa-se a *dau bata* (medicina doce) da *dau muka* (medicina amarga). A primeira refere-se a tratamentos com ervas coletadas na floresta ou plantadas em roças e secreções glandulares de alguns animais. O conhecimento do uso dessas substâncias é generalizado entre os adultos da sociedade, mas há um especialista no assunto a que se referem como *huni dauya*. A segunda tem que ver com o mundo dos espíritos e é adquirida pelo xamã (*huni mukaya*). É para esse segundo aspecto que se consome o chá de cipó (*ayahuasca*) e que tem muita importância simbólica entre outros grupos indígenas e entre religiões desenvolvidas pelos seringueiros locais. Ao cipó se atribui a propriedade de colocar o homem em contato com o mundo dos espíritos. Como se verá, muitas práticas culturais dos kaxinawa se mesclaram às práticas populares.

Os Kaxinawá são bastante conhecidos pela tecelagem que é uma atividade essencialmente feminina e cujos produtos mais recorrentes são redes, saias, cintos, todos feitos exclusivamente com base no algodão que também é plantado pelas mulheres. Também é de sua exclusiva responsabilidade a cerâmica desde a coleta do barro, passando pelo cozimento até a decoração final. Contudo, ao contrário da tecelagem, onde a produção é voltada para toda a família, as mulheres são donas do produto final da cerâmica (em geral vasos, potes e bonecas) guardando o produto para si, embora possam excepcionalmente emprestá-lo a outras mulheres. (GONÇALVES, 1991, p. 220)

No que se refere à alimentação, a principal comida é a mandioca usada como vegetal, bebida, isca e em rituais. A principal bebida kaxinawa é o *atsatux*, uma bebida fermentada a partir da mandioca. A alimentação tem um papel importante na cultura kaxinawa, pois se acredita que certos alimentos podem colocar as pessoas em contato com o mundo sobrenatural. Nesse sentido, os kaxinawa apresentam uma série de tabus alimentares, isto é, existe uma série de alimentos que não devem ser ingeridos de acordo com a fase da vida em que se encontra³⁸ segundo convenções

³⁸ “O ciclo de vida kaxinawa contém quatro estágios: infância, adolescência, maturidade e velhice” (GONÇALVES, 1991, p. 216).

sociais largamente aceitas. Na fase adulta, quando se é mais “produtivo” para si e para a família têm-se um número maior de restrições alimentares que têm também um sentido de “medicina preventiva”. (GONÇALVES, 1991, p. 216)

Os Katukina falam também uma língua da família lingüística Pano³⁹, mas sofreram perdas demográficas ainda mais severas que os kaxinawás que, de todo modo, já eram mais numerosos antes, de forma que sua população atual foi reduzida a 320 pessoas que possuem terras demarcadas junto ao Rio Gregório e ao rio Campinas no Alto Juruá. O problema da nomenclatura aparece novamente. Genericamente, katukina designa cinco grupos lingüisticamente distintos e geograficamente próximos, porém atualmente katukina designa apenas os katukina da família Pano ou os Katukina da família lingüística Katukina. (LIMA, 2002, p. 169)

O baixo número de sobreviventes do grupo é devido às correrias contra os indígenas na época da borracha e em função disso viveram como nômades sem poder se manter reunidos e vivendo da caça da coleta e de assalto aos roçados, pois não tinham como manter cultivo próprio. Segundo Manuela Carneiro da Cunha(2002) este grupo foi visto como nômade por natureza, mas na verdade o contato com o branco é que o impulsionou para o nomadismo. Muitos se engajaram na atividade extrativista a exemplo dos kaxinawa e só com a demarcação de terras em 1982 é que deixaram o nomadismo para estabelecer-se no território demarcado. Com a demarcação de terras, os katukinas abandonaram a atividade seringalista para viverem juntos segundo seus antigos costumes demonstrando um grande apego às suas culturas e tradições. A força da identidade Katukina ainda é demonstrada pelo intenso contato entre as duas aldeias constituídas pelas terras demarcadas.

“Desde a formação da aldeia do rio Campinas, os katukina ali residentes não deixaram de manter contato com os moradores do Rio Gregório, vencendo um percurso que exige três dias de caminhada pela rodovia até o rio e mais dois dias de barco até a aldeia”.(CUNHA, 2002, p. 170).

Ainda assim, há notórias influências do contato. Algumas fruteiras foram incorporadas dos brancos como o ingá, a laranja, o abacaxi e o caju. Além disso,

³⁹ Os Katukina da família Pano se autodenominam Waninaua ou Kaman-naua.

antes do contato os katukina viviam em casas comunais onde cada família tinha seu espaço.

“O contato com os brancos e o engajamento compulsório nos trabalhos dos seringais contribuíram para desfazer esse padrão residencial. Atualmente a composição mais comum das aldeias katukinas é do grupo doméstico formado por um casal mais velho, rodeado de seus filhos e filhas solteiros, filhos casados e netos” (CUNHA, 2004, p. 171).

Atualmente, cada unidade doméstica ocupa uma área onde a residência principal é cercada por residências de menor porte onde ficam os filhos casados. Há uma clara divisão das tarefas masculinas e femininas onde as primeiras se passam, via de regra, longe da casa enquanto as femininas se realizam dentro de casa com exceção do plantio. Ao contrário de outros grupos que pertencem à família Pano como os Kaxinawas, os katukina são monogâmicos embora os casamentos sejam instáveis havendo trocas frequentes de casais⁴⁰. Muitos dos membros desta comunidade indígena são batizados possuindo nomes em sua língua original e em português. Atualmente, têm produção voltada também para comercialização que objetiva a troca de produtos adquiridos a partir do convívio com os brancos inclusive alguns industrializados.

Os Poyanauás também pertencem à família Pano e são mais um exemplo de sociedade indígena que entrou em contato com a atividade da borracha; muitas vezes na forma de trabalho escravo. Foi um dos casos de redução populacional mais drásticos, onde a população atual resume-se a uma centena de pessoas. O contato também implicou mudanças da organização social. O modelo de organização social era de produção para subsistência não havendo noção de excedente, o que se alterou a partir de sua inserção na economia extrativista da borracha.

Os Poyanaua têm como característica de sua habitação malocas grandes e sofisticadas. Estas são geralmente térreas e as partes laterais chegam até o chão com uma abertura na frente e outra atrás. Estas malocas mediam até cem metros e dentro delas cada família tinha um fogo próprio (CASTELO BRANCO, 1950, p. 32).

Ainda na família Pano encontram-se os Yaminawa. A fronteira entre Brasil e Peru teve como efeito separar os essa sociedade indígena. “Esses Yaminawa não

⁴⁰ A poligamia foi um problema recorrente no histórico do contato dos povos indígenas do Acre, pois, como regra geral, o primeiro contato se deu através de missões religiosas que penetravam a região. Ver GONÇALVES (1991).

sabem nada dos yaminawa brasileiros(...)(TOWNSLEY apud KELLER, 1991, p. 238)⁴¹. Este, aliás, é um exemplo de como a terminologia que designa as sociedades indígenas pode revelar-se enganosa. Os Sharanua e Matsnauha são Yaminawa como atestam estudos lingüísticos e etnográficos de Townsley e porque há uma enorme confusão já referida entre nomes que se atribuem a determinados grupos indígenas. Estes grupos se distanciaram uns dos outros pelo desenvolvimento histórico e pela inserção dos Yaminawa na economia da borracha enquanto os outros tenderam a concentrar-se no lado peruano.

Os Ashaninka, como este povo se autodenomina, são conhecidos regionalmente pelo nome de kampa e são o povo mais numeroso entre os pertencentes à família Arawak. O estabelecimento da fronteira entre Brasil e Peru teve como efeito a segregação desse povo que ficou dividido entre os dois países, sendo que a maior parte ficou do lado peruano. Segundo Mendonça (1991),

“Os kampa são conhecidos são conhecidos pelo uso da kushma⁴² e pela pintura com urucum. Ao que parece, dão muito valor aos adornos plumários, cocares e flechas, que, conforme Winkler (1978), são de grande valor artístico”(...) “Kushma é o nome genérico dado na região a este tipo de vestimenta usada por diversas tribos. Os kampa a chamam de kitsárentsi. A cor da kushma é tingida recém tingida é de um marrom avermelhado escuro e com o uso vai escurecendo mais. A interação destas cores na floresta faz uma perfeita camuflagem, principalmente se a pessoa estiver imóvel” (MENDONÇA, 1991, p. 96).

A atividade de cerâmica tradicionalmente feita pelos kampa levou à produção de potes e vasilhames que tradicionalmente eram feitos de cabaça. Porém, com o contato com os imigrantes e seringueiros passaram a usar utensílios de alumínio. Os kampa também possuem instrumentos musicais, especialmente flautas (doce feita de osso, doce com seis furos, transversa com dois furos), tambor duplo feito com couro de macaco e um tipo de berimbau.(MENDONÇA, 1991, p. 98).

Os kampa são polígamos sendo quatro o número máximo de esposas estabelecido. O grande número de esposas representa um fardo econômico para os maridos que estão freqüentemente ausentes de casa para prover para suas famílias. Esta circunstância tem grandes implicações para o modo de morar dos kampa. “O

⁴¹Tradução livre do trecho: (...) these yaminahua knows anything of the Brazilian Yaminahua” (TOWNSLEY apud Keller, 1991, p. 238).

⁴² A kushma é um vestido de algodão cru que é usado por ambos os sexos

grande número de esposas poderia explicar a separação das casas. Esta separação daria ao marido a certeza de suas esposas não serem roubadas, em sua ausência por um vizinho menos afortunado” (MENDONÇA, 1991, p. 98). Nesse sentido, as habitações dos kampa destoam do padrão de casas comunais presente entre os índios da região que será visto mais adiante. Ao discutir a história indígena é difícil estabelecer o um ponto de demarcação entre esta e as referências culturais do Acre. Muitos destes aspectos tiveram conseqüências para além dos próprios povos indígenas.

2.2 Referências Culturais no Acre

Os pedidos de tombamento e o parecer dado em resposta pelo IPHAN comentados anteriormente revelam uma prevalência de uma noção mais tradicional de patrimônio onde o patrimônio arquitetônico tem um papel predominante sobre todos os demais e a excelência das técnicas construtivas é mais importante do que o significado histórico. Mesmo nesta noção tradicional de patrimônio, poderia-se destacar o antigo Palácio do Governo do Território de 1924 e o novo Palácio do Governo (1930) construído na administração de Hugo Carneiro.⁴³ Estes edifícios demonstram a dependência que o Estado teve das verbas federais e aparecem no cenário arquitetônico com destaque e com muito mais imponência do que qualquer construção arquitetônica particular. Como foi visto, ao longo da história econômica do Acre, gerou-se receita até superior ao Estado do Amazonas, mas pouca parte desta riqueza foi de fato retida pelo Estado, pois invariavelmente transformava-se em recursos destinados a cumprir as compensações estabelecidas pelos acordos de limites, pelo Estado do Amazonas ou pelas casas exportadoras que se localizavam em Manaus e Belém e ainda pelo Governo que raramente retornava estes recursos em investimentos no Estado e para os quais estes imponentes edifícios constituem um tipo de exceção que confirma a regra.

O processo capta apenas a noção de patrimônio associada às belas artes. Como foi discutido, na década de 80, quando foram encaminhados os pedidos de tombamento no Acre, já havia uma margem para que se considerassem outros tipos

⁴³ Para imagens destes dois edifícios ver TOCANTINS, Leandro. **Estado do Acre: História, Geografia e Sociedade**. Rio Branco, Tribunal de Justiça, 2003.

de patrimônio ao incluir trabalhos e produtos de todos os saberes e conhecimentos humanos. Nesse sentido, o Acre revela grandes potencialidades para patrimônio arqueológico, etnográfico e imaterial. Um amplo repertório de conhecimentos dominados pela população local pode ser visto em Cunha (2002).

A modéstia das construções foi apontada por Fonseca (1997) como um obstáculo aos pedidos de tombamentos em função de uma sobrevida de uma noção mais tradicional sobre o que deve ser considerado patrimônio. Contudo, casas simples com técnicas construtivas pouco sofisticadas revelam muito da história local. Fala-se em “cultura cabocla” e predomínio da mestiçagem (LIMA, p. 19, s/d). Costuma-se apontar o barracão onde reside o seringueiro em oposição à barraca onde reside o seringueiro tomando-se um sentido análogo à oposição casa grande e senzala. Há uma hierarquização implícita com o barracão sobrepondo-se à barraca. Neste cenário ainda aparecem chalés e choupanas como extremos da desigualdade social no ambiente residencial

“O barracão no seringal é o ponto de concentração de todo negócio. É uma enorme casa feita com madeira de lei, quer na parte do solo, quer na parte aérea. As que servem de barotes e sustentam os assoalhos de paxiúba e as paredes de assai- grandes palmeiras- são de duração secular, assim como também os esteios. As que formam a armação aérea cumieira, vigas, caibro sendo cortadas de acôrdo com a influência lunar também têm grande duração.”

“(…)Os cipós e as enviras servem para amarrar os caibros e as palhas, depois de descascados os primeiros e viradas as segundas. Muito excepcionalmente os assoalhos e as paredes são construídas de táboas”.

“A barraca é um barracão em miniatura”.

“As choupanas diferenciam-se das barracas devido ao seu acabamento tôsko. As paredes são feitas com a própria palha e o assoalho é o próprio chão socado”.

“Vem finalmente o chalet, considerada habitação de luxo, residência dos coronéis e dos doutores. O feitiço dessa casa é mais bem aperfeiçoado, constando as madeiras lavradas a quatro faces de táboas plainadas e de cobertura de zinco com palha de ubim”.(LIMA, p. 61-63, s/d)

Pode-se notar que muito raramente os tetos eram feitos com telha que só chegavam ao Acre a custo muito elevado até o final da década de quarenta quando se passou a produzi-la em larga escala na região. A construção revela mais uma vez uma íntima relação destes povos com a floresta ao invés de se construir casas com material processado industrialmente.

“Quando querem ter uma casa, índios e seringueiros precisam de material que retiram da mata. Para isso, basta saber cuidar dos recursos disponíveis, ter boas relações com os vizinhos e, por último, saber fazer. Algo fácil, uma vez que quase todos os

jovens e adultos ou já construíram sua própria casa ou, pelo menos, ajudaram alguém a fazê-lo”(CUNHA, 2002, p. 233).

Incorporavam-se então técnicas indígenas de construção para forrar os telhados com palha revelando traços do que se denominou cultura cabocla. Embora este tipo de construção seja típico das duas primeiras “fases” da borracha ainda é possível encontrá-lo na região. E revela-se ainda uma mescla de culturas expressa na própria construção das casas com a incorporação de técnicas indígenas na construção das casas, o que às vezes era visto de forma negativa e que não seria compensado com a chegada da eletricidade das casas da região “Todavia esse progresso não é a expressão exata da situação da habitação acreana que ainda conserva nítidos vestígios de uma civilização algo selvática” (LIMA, p. 63, s/d). As palhas chamadas palmas ou palheiras (palmeiras) são abundantes na região, embora o tipo de palheira varie conforme o lugar os ashaninka usam jaci, jarina e aricuri e os katukina usam canaraí, cocão, carnaubim, mas também a jarina e o jaci. Os habitantes da região sabem quais tipos de palha duram mais ou menos de modo que a palha preferida é a do jaci.

Convivem vários modelos residenciais, sobretudo quando se incorporam ao escopo da análise as casas dos índios ao lado dos seringueiros e seringalistas. Em muitos locais, ainda prevalece a casa com piso de paxiúba. Em geral escolhe-se a área mais alta para construí-las e é comum que a casa esteja suspensa por uma base de madeira como uma espécie de prevenção contra a cheia dos rios.⁴⁴É importante escolher bem as madeiras que servem de esteio, pois este alicerce é fincado na terra e exposto constantemente à umidade da terra ou da água dos rios diretamente. Este esteio faz parte de uma casa tipicamente acreana

“O tipo mais simples de casas na floresta é de um único cômodo: uma plataforma sobre barrotes, coberta de palha, com um canto servindo de cozinha e onde se atam as redes, ficando os objetos sobre o piso de paxiúba ou nas traves que sustentam o teto”. (CUNHA, 2004, p. 229)

Como visto, as casas katukinas, mas também as dos kaxinawa eram coletivas, o que se alterou bastante a partir do contato com os seringueiros.

“As casas tradicionais dos kaxinawa e dos katukinas eram chamadas de kupixawá nas quais moravam cerca de dez famílias ou cem pessoas. Há muito tempo os

⁴⁴ Vide a residência de Chico Mendes.

dois grupos adotaram o formato das casas dos seringueiros, mas a memória do kupixawá persiste, e uma casa dessas foi construída pelos kaxinawa em Rio Branco em 1994” (CUNHA, 2002, p. 230).

Embora incorporando o modelo de casa dos seringueiros, esses grupos indígenas por vezes acrescentavam elementos próprios da mesma forma que no contato cultural os seringueiros incorporam elementos das construções indígenas, evidenciando que havia uma relação cultural de mão dupla.

“As casas ashaninka são quadrangulares e totalmente abertas, ou seja, sem paredes ou divisórias internas e, por essa razão, bem arejadas e claras. Muito altas, sobre esteios que podem chegar à altura de um homem, têm dois paus roliços e finos, denteados, à guisa de escada, um na parte e outro no fundo.” (CUNHA, 2002, p. 230).

A mudança do padrão habitacional em decorrência do avanço da população branca foi uma constante tanto para sociedades Pano como para os Arawak. Entre os Kulina, também vigorou o modelo de maloca circular comunitária com duas entradas uma voltada para o sol nascente e outra para os fundos. Atualmente, habitam predominantemente em casas sobre pilotis ao estilo dos seringueiros. Porém, contrariamente ao padrão das casas locais, as casas kulina costumam ser totalmente abertas. O padrão de ocupação também mudou. Antes da chegada dos imigrantes a tendência era ter casas esparsas separadas por grandes distâncias. A tendência com a ocupação foi aglutinar os kulina em aldeias concentradas.

“A reunião dos kulina em grandes aldeias é recente; até então distribuíam-se ao longo dos seringais dos Purus e até hoje a mobilidade espacial das famílias é muito grande, entre os diferentes núcleos de povoação do Purus e do Envira” (VIVEIROS DE CASTRO apud BATISTA 1991, p. 154).

Esta concentração implicou mudanças no estilo de vida entre os Apurinã. O modelo mais espaçado das casas era fundamental nesta cultura nativa, pois esta sociedade era governada segundo uma espécie de regime federativo. Porém mesmo com distâncias de 300 a 500 braças as casas se uniam em casos de guerra. Alternativamente ao modelo comunal, também havia as cabanas (aíku) que eram construídas na floresta longe dos rios em elevações do terreno. Estudos antropológicos têm dado especial valor a este tipo de construção.

“Quanto à engenhosidade, elegância, solidez e construção engenhosa, representa talvez o tipo mais perfeito de construção indígena até hoje encontrado na

América do Sul. A forma da base é aproximadamente elítica (o diâmetro maior mede 15 metros, o menor 10 m), mas os lados compridos, em que ficam as duas entradas, são quase paralelos entre si. Uma viga forte que descansa sobre postes inclinados, dá firmeza a cada um dos lados compridos. Nela se encontram as vigas laterais da cobertura, que se vão encontrar na cumieira (...) No interior, a 1,50 m do solo, corre ao longo das paredes uma série de traves, fixas em parte nos quatro grandes postes e em parte nas próprias vigas da cobertura. As pontas dirigidas para as entradas são entalhadas como cabeças de cobra e têm pinturas de linhas vermelhas e amarelas em zigue-zague (...) A cobertura é formada de uma única peça. Num longo cipó vão se amarrando folhas rachadas da palmeira paxiuba que se colocam em forma de espiral em torno de toda a armação da casa, da cumieira até a base”(Ehrenreich apud NOGUEIRA 1991, p. 127).

As casas dos kampa também se tornaram individuais quando antes costumavam ser hemisféricas de palha e coletivas para homens solteiros e onde se guardavam suas armas. Estas casas eram de uso temporário e a permanente era retangular com o teto de duas águas, mas ambos os modelos de casa podem ser encontrados atualmente. (MENDONÇA, 1991 p. 88). As casas tenderam a se aproximar ao modelo dos seringueiros, mas há variações conforme o tempo e o local onde esta é edificada. Segundo Mendonça (1991), eram (...)

“(...) casas (...) de palafitas, semelhante à dos regionais e de outros grupos do Purus e Juruá. A cobertura desta casa é feita com palha de jarina e paxiuba. A casa é bem limpa, assim como todo o terreno, permanentemente varrido com vassouras de palha”

“(...) A casa dos kampa varia de acordo com o lugar onde está construída. Quando situam-se à margem dos rios principalmente se são visíveis desde seu leito, assumem a aparência de casas de regionais, com paredes e divisões internas, portas e janelas. Estando escondidas, geralmente em terras altas, as casas são ‘uma estrutura de projeção quadrangular, combinando troncos de vários calibres que sustentam uma cobertura de duas águas de folhas de palmeira em raias superpostas, cujos beirais prolongam o ângulo reto formado por esta cobertura para além da estrutura da casa. No seu interior encontramos um ou dois planos formados por assoalhos de tábuas de paxiuba flexíveis separadas por frestas.”(MENDONÇA, 1991, p. 88).

Este é para a autora o padrão das casas kampa. Segue-se o modelo dos regionais nos locais visíveis e dentro da mata adota-se o seu padrão tradicional. Mas somente nas casas tradicionais é que se praticam as cerimônias, festas e rituais como o consumo da ayahuasca. Também é para as casas tradicionais que os doentes se retiram.

O cipó de ayahuasca a que se atribuem propriedades mágicas é um traço cultural de vários grupos indígenas do Acre também conhecido por Daime⁴⁵ e que veio a dar origem a uma religião essencialmente acreana e que conta com a contribuição cultural de elementos tão diversos quanto diversos foram os povos que fizeram parte da composição do Acre.

O uso da substância conhecida como Daime em religiões não indígenas começou na década de 1930. O formulador da doutrina do Daime foi o maranhense Raimundo Irineu Serra nascido em 1892 e que migrou para a Amazônia estabelecendo-se inicialmente em Xapuri e posteriormente em Brasiléia. Este movimento teve seus primórdios na década de 1920 quando o mestre Raimundo então cabo da guarda territorial passou por uma espécie de iniciação com ayahuasca nos territórios da Bolívia e do Peru. Nesta região, a bebida com cipó era extremamente difundida entre os índios Kulina, Kaxinawa e Kampa e o seu uso ritualístico se dava principalmente através dos xamãs que eram os responsáveis pelo contato com o mundo sobrenatural. Contudo, a bebida não foi o único atrativo para este movimento religioso. “Não foi somente pelo ritual do ayahuasca que houve essa grande procura em relação ao Santo Daime, mas pelas idéias libertárias dos grupos emergentes neste período que falavam de comunidades alternativas e respeito pela natureza” (SENA, 1998, p. 42).

O Daime veio a se dividir em várias vertentes e expandiu-se para além do Estado do Acre e religiões não-indígenas baseadas, entre outros aspectos, no consumo do cipó surgiram na região. O primeiro templo organizado para o Daime e que serviu de base para o desenvolvimento posterior de outros templos ligados ao Daime foi o Centro Espírita e Culto de Oração Casa de Jesus Fonte de Luz referido informalmente como “Barquinha”.

O Daime é uma síntese de diversas influências religiosas que passam pelo xamanismo indígena, pelo catolicismo popular, a umbanda, além do círculo esotérico da comunhão do pensamento. Nesse sentido, segundo Sena o Daime pode ser entendido como um sistema de sentidos antes que um sistema religioso. Este último se caracterizaria pelo uso de símbolos de identidade universais e doutrinas bem

⁴⁵ Daime ou ayahuasca também é conhecido por mariri, yagé. A substância é feita com um cipó chamado de jagube (*Banisteriopsis caapi*).

conhecidas enquanto um sistema de sentidos se caracterizaria pela combinação várias religiões sem ser vinculado a nenhuma delas e aceitando as práticas de uma ou de outra seletivamente.

A referência informal da religião como “Barquinha” pode ser entendida pelo fato do mestre Daniel Pereira de Matos, o fundador do centro, ser marinheiro e em decorrência disto ter incluído diversos elementos simbólicos relativos ao mar no cerimonial e na arquitetura do templo. “A barca, para os seus integrantes, tem dois significados: o primeiro é o que de que representa a missão deixada por Daniel; e o segundo, expressa a viagem de cada um”. (SENA, 1998, p. 76)

Os elementos diversos apropriados pelo Daime ganham significados na medida em que são incorporados. Segundo Sena (1998), a luz daimista pode ser considerada “irmã cultural” da luz xamânica. Em ambos os casos, vive-se num mundo que exige que se coloque em movimento uma substância que promove o bem estar e a vida de seus semelhantes. Porém, para daimistas a revelação é um evento íntimo de contato com a luz interior e com a dimensão divina do próprio ser humano. Busca-se o autoconhecimento e o abandono dos impulsos desarmonizadores do mundo. O xamã receberia a luz para proteger a sua sociedade contra os inimigos e a desagregação enfrentando forças invisíveis e estabelecendo relações com elas.

A relação com o xamanismo é a mais notória em função da ingestão da bebida feita com cipó. Contudo, outros elementos se fazem claramente presentes no Daime. Seguindo a tradição do catolicismo popular, há um centro da devoção que pode até mesmo ser o ponto de chegada de romarias. O mestre Daniel era um apreciador da umbanda com que teve contato no Maranhão e durante o consumo da bebida há práticas comuns com a umbanda como a incorporação de entidades.

Elementos do círculo esotérico da comunhão do pensamento aparecem no estabelecimento dos chamados três mistérios (o céu, a terra e o mar) que correspondem a planos cosmológicos. O céu é o espaço divino onde se encontra o Criador. A terra é onde se deu a vida e corresponde a um mundo profano. No mar, circulam uma série de entidades que participam dos trabalhos da casa. Há ainda uma espécie de plano intermediário muito próximo do plano celestial denominado Astral e que rege os planos inferiores, isto é, a terra e o mar. Nestes dois planos é possível encontrar entidades boas, más ou boas e más ao mesmo tempo. São as entidades dos

encantos da floresta como caboclos, pretos velhos, exus e os encantados do mar como sereias, golfinhos, cobras d'água, príncipes, princesas, reis e rainhas etc. Porém, como aponta Sena “as entidades do Astral não são iguais às entidades do mar e da terra embora estas já possam estar com graus de luz. Essas entidades do Astral, por sua vez, são as responsáveis por dar assistência às entidades da terra e do mar” (SENA, 1998, p.86).

O amplo repertório simbólico do Daime adquire materialidade na arquitetura do Centro Espírita e Culto de Oração Casa de Jesus Fonte de Luz que é permeada pelas diversas influências que compõem o Daime. Inicialmente, tem-se o portão que demarca a passagem do mundo profano ao sagrado e onde se pode ler a inscrição “Sejam bem vindos, irmãos e amigos” e que se destina tanto às pessoas como aos seres invisíveis. Acima do portão em lado oposto ao de quem entra vê-se uma cruz itálica com três lâmpadas brancas onde foram colocadas três lera A de Amor, V de Verdade e J de Justiça. Essas três palavras somadas à harmonia são parte dos princípios essenciais do círculo esotérico da comunhão do pensamento. Pode-se perceber ainda na estrutura metálica deste portão uma estrela que é a estrela de Davi.

O limite do espaço está cercado por um muro de concreto que se presta à proteção contra seres estranhos à casa. Adentrando no espaço a primeira imagem que se vê é a de um parque que foi criado, em 1959, por Antônio Geraldo da Silva, o sucessor de Daniel Pereira de Mattos e que se destina às brincadeiras da irmandade com as entidades dos três mistérios.

O parque tem duas formas arquitetônicas a de uma barca e a de um cálice e há ainda 12 colunas em referência aos doze apóstolos, pois o Daime é uma religião cristã. A figura de Jesus aparece no salão de baile em forma de círculo que fica no coreto entre as colunas e que remete à idéia de círculo sagrado. O cálice pode ser visto pelo lado oposto de quem entra no centro e é o instrumento de consagração cristã. Mas pode-se ver novamente a influência do círculo esotérico da comunhão do pensamento.

“O cruzeiro é o grande mastro do barquinho de Santa Cruz. No centro deste cruzeiro estão escritas as seguintes palavras: Amor, Verdade e Justiça. Essas três palavras sintetizam o lema da missão e a relação de seus integrantes desde a época de sua fundação com o Círculo Esotérico da Comunhão do Pensamento. O amor é o sinônimo da imortalidade, e através dele será possível chegar ao reino imortal. O amor

purifica. A Verdade é poder, é hierarquia no seu topo encontra-se Deus. A justiça é o equilíbrio universal; o equilíbrio de forças”

“No cruzeiro, pode-se perceber um coração com 12 estrelas expressando os mistérios da paixão e morte de Cristo iluminado por 33 lâmpadas que representam a idade na qual Cristo morreu”(SENA, 1998, p. 108).

Na frente do parque, termina o desenho arquitetônico da barca e é para onde se dirigem os participantes das sessões. Na sua fachada, podem-se ver três cruzeiros que representam o Pai, o Filho e o Espírito Santo. Em seguida, vê-se outra influência do círculo esotérico da comunhão do pensamento no selo de Salomão.

“A estrela de Salomão representa na Barquinha as forças de Salomão que expressam um sentido de guarnição dos rituais. Esta estrela é a essência combinatória entre a ciência e o espírito. Ela se posiciona no centro na porta de entrada da igreja, é pois o equilíbrio, a mistura de duas partes que inclusive podem ser percebidas na arquitetura” (SENA, 1998, p. 116).

No entanto, há elementos próprios do Daime que não foram retirados de nenhuma religião específica. Um local especial é o castelo azulado onde o presidente recebe mensagens do mundo invisível. Estas mensagens são transmitidas por entidades de luz. Neste espaço, residem o presidente e sua família. O Castelo Azulado é a representação simbólica do Castelo de cristal que se localiza no Astral em um local denominado Monte Azulado. Neste lugar, circulam os anjos e entidades sagradas apontadas pelo Daime. Dentro da Igreja há um espaço cercado por grades de ferro onde os médiuns trabalham e onde se separam os homens das mulheres. Há ainda sete gabinetes ou congás onde se colocam algumas representações de entidades e de santos, além de caboclos, pretos velhos e entidades do mar de acordo com as tradições da umbanda.

O Daime é um exemplo de manifestação cultural que se contrapõe à idéia de infância cultural do Acre e ausência de tradições próprias onde o Estado só apresentaria manifestações típicas de outras regiões e trazidas sem nenhuma transformação com a migração e que teria como consequência uma visão que desabona a idéia da existência de patrimônio cultural ou de bens e práticas culturais próprios. No caso do Daime, os vários elementos se fundiram em um elemento novo que não se reduz à soma das partes.

Pode-se entender o êxito do Daime levando em conta como o componente mítico faz parte das experiências religiosas indígenas e que na cultura local são

recorrentes a existência de entidades fantásticas, a idéia de que a sorte pode ser derivada de plantas e animais e a suposta transformação de um animal em outro.

“Pressupostos são as verdades culturais, aquilo que não se discute quando se é membro de uma sociedade. São, em geral, possibilidades e mecanismos e não inventários de conhecimento. Por exemplo, na ciência contemporânea- embora nem sempre este princípio tenha vigorado no Ocidente- não se admite que um indivíduo de uma espécie possa se metamorfosear em um indivíduo de outra (...) Esse pressuposto não vigora nem entre seringueiros nem entre grupos indígenas” (CUNHA, 2002, p. 12)

Vestígios da diversidade desta natureza ainda estão presentes no material arqueológico existente na região que revela a presença de fósseis muito antigos e raros na região que são bens culturais segundo a legislação vigente. O *site* do IPHAN apresenta uma extensa relação de sítios arqueológicos no Acre, onde se pode encontrar além dos fósseis uma série de materiais indígenas de cerâmica, artes, etc. inclusive de povos indígenas que não existem mais.

Ao escolher o modelo de desenvolvimento, a preservação de bens e práticas culturais é uma consideração importante, mas, além de considerar sua mera existência em contraposição à noção de ausência de uma cultura genuinamente acreana, é preciso incorporar a existência desta riqueza cultural ao debate sobre a opção de desenvolvimento a ser seguida pelo Acre. É neste sentido que a Economia do Meio Ambiente pode incorporar elementos de análise que levem em conta as externalidades das florestas e os valores de existência das relações do homem com a natureza que se traduzem em bens culturais. Isso é possível através da atribuição de valor a bens que não têm preços de mercado. Os elementos teóricos da Economia do Meio Ambiente que permitem fazer esta análise serão considerados no próximo capítulo.

Capítulo III: Fundamentos Teóricos da Economia do Meio Ambiente

O objetivo deste capítulo é apresentar uma série de elementos teóricos da Economia do Meio Ambiente que têm aplicabilidade para as discussões relativas ao patrimônio histórico. Todo este arsenal teórico servirá para a discussão sobre a borracha no Estado do Acre e sustentar este modelo extrativista como socialmente desejável em comparação com o modelo agropecuário⁴⁶. São apresentadas as discussões relativas ao uso de recursos florestais, a teoria da política ambiental e os métodos de valoração ambiental.

3.1 Manejo de Recursos Florestais

A estratégia para administrar recursos naturais exauríveis seria feita através de decisões intertemporais. Deve-se decidir qual o melhor momento para extrair o recurso, pois o consumo presente implica uma maior indisponibilidade do recurso. Pode-se estimar o valor presente líquido considerando um dado período de tempo e uma taxa de desconto que permite a comparação de valores no tempo. A decisão de explorar equivale a fazer ou não uso de um determinado estoque. A taxa de juros de mercado determinaria então a trajetória ótima de crescimento para evolução dos preços segundo a conhecida regra de Hotelling.⁴⁷

“Dessa forma, o estoque (x) de um recurso (G) em qualquer tempo (t) é resultante da diferença entre sua taxa natural de recomposição no tempo e a sua taxa de exploração, tal como indicado na expressão:

$$x = G(x(t)) - h(t)$$

onde x = mudança no estoque do recurso G em qualquer tempo t

G(x(t)) = taxa natural de recomposição de x

h(t) = taxa de utilização”

(SILVA, 2003, p. 49)

É possível obter uma taxa de desenvolvimento equilibrado que leve em consideração a reposição do estoque inicial. Tal fato dependerá das condições de

⁴⁶ A trajetória histórica destes dois modelos de desenvolvimento foi vista no capítulo 1

⁴⁷ Em alusão a Hotelling (1939)

mercado da exploração do recurso ambiental. Pode ocorrer, contudo, um descompasso entre a função ecossistêmica de reprodução do recurso e o ritmo de exploração que faça com que a atividade se torne predatória no sentido em que os estoques iniciais não sejam repostos.

Os recursos florestais são uma categoria especial de recursos naturais e podem ser divididos, segundo Perman et alli (1999), em duas categorias: florestas naturais (*natural forests*) e florestas de plantação (*plantation forests*). No primeiro caso, há pouco ou nenhum manejo e no segundo há uma integração maior com um circuito comercial. Em muitos sentidos, as florestas naturais se aproximam dos recursos não-renováveis por existirem em proporções mais ou menos fixas e se forem manejadas em ritmo comercial perdem-se de forma praticamente definitiva exceto num período extremamente longo de tempo. (PERMAN et alli, 1999, p. 248).

A floresta possui uma série de características especiais com implicações para sua avaliação em termos de valor. Segundo Perman et alli (1999), as árvores ocupam uma área passível de avaliação em termos de valor e que pode usualmente apresentar um custo de oportunidade, ao contrário, por exemplo, do oceano que não tem valor para os pescadores quando não há peixes. As florestas ocupam áreas delimitadas, não havendo migração da flora e de boa parte da fauna (na ausência de intervenção do homem). É possível explorar uma área delimitada e saber a sua proporção em relação ao total da floresta. Além disso, as florestas são multifuncionais, oferecendo uma ampla variedade de recursos e serviços desde matérias-primas, combustíveis, equilíbrio no fornecimento de água, regulação da qualidade do ar, manutenção do habitat de espécies nativas para populações de plantas e animais, controle climático e até facilidades recreacionais. (PERMAN et alli, p. 250, 1999) Os benefícios advindos dos “serviços” da floresta podem ser considerados externalidades na medida em que representam benefícios partilhados coletivamente para os quais não há uma contrapartida dos beneficiários. A existência de externalidades é um exemplo clássico de falha de mercado que justifica a intervenção governamental e a existência de uma política ambiental. Como ressalta Perman et alli (1999)

“Dada a probabilidade dos recursos florestais serem alocados de forma ineficiente e explorados de forma insustentável, há fortes razões por que o governo deve escolher intervir nessa área. Para a plantação florestal destinada a um único uso, há um pequeno papel para o governo qual seja o de garantir os direitos de propriedade de

modo que os incentivos incentivar ao manejo da mata estejam protegidos por um longo horizonte de tempo”⁴⁸ (PERMAN et alli, 1999, p. 284).

3.2 Política Ambiental

O debate teórico sobre a política ambiental concerne à sua necessidade, o histórico de suas etapas e a tipologia de seus instrumentos. Este último item é o mais importante para os fins deste trabalho, pois há de se apontar o tipo de ação desejável no Estado do Acre, seja por parte do Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) ou do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis).

Segundo Lustosa et alli. (2003), pode-se vislumbrar a política ambiental como apresentando três fases. A primeira compreende desde o fim do século XIX até o período anterior à Segunda Guerra Mundial que apresenta a intervenção governamental na forma de disputas judiciais em que se tenta penalizar os agentes poluidores ou devastadores. Num segundo momento, por volta da década de 1950, instituíram-se mecanismos de Comando e Controle (Command and Control Policy) que se caracterizam por imposição da autoridade ambiental de metas de emissão e determinação da melhor tecnologia disponível. Os mesmos autores apontam para as vicissitudes deste tipo de política

“- tem implementação excessivamente morosa, demoradas negociações entre regulamentadores e empresas, principalmente se estas quiserem fazer alguma alteração na tecnologia de controle; além do mais, não raramente, essa demora se amplia por contestações judiciais;

“- devido a deficiências informacionais dos regulamentadores, a tecnologia determinada em geral para se obter o abatimento, resume-se a equipamentos final de tubo (end-of-pipe)- filtros, lavadores, etc.-, perdendo-se economias possíveis de serem obtidas por alterações de processo, de matérias-primas, de especificações de produto etc.;

“- ainda por deficiências informacionais dos regulamentadores, estes exigem em geral graus uniformes de abatimento nas várias fontes de uma área, impedindo a exploração das diferenças de custos marginais de abatimento das várias fontes existentes” .

⁴⁸ Tradução livre do trecho: “Given the likelihood of forest resources being inefficiently allocated and unsustainably exploited, there are strong reasons why government might choose to intervene in this area. For purely single-use plantation forestry, there is little role for government to play other than guaranteeing property rights so that incentives to manage timber over long time horizons are protected” (PERMAN et alli, 1999, p. 284)

“- a regulamentação direta pode impedir a instalação de empreendimentos em uma região saturada, mesmo que a firma nova se disponha a pagar até pelo abatimento de fontes existentes (e, que, ainda assim, implicam para ela economias significativas em relação a localizações alternativas)” (LUSTOSA et alli, 2003, p. 137).

A terceira fase da política ambiental representa uma espécie de política mista de comando e controle que tenta responder, pelo menos parcialmente, aos problemas evocados anteriormente. Busca-se instrumentalizar uma política com maior margem de manobra para contextos diversos e de forma a alcançar metas socialmente negociadas através de um grande leque de opções para os agentes envolvidos no processo.

Em primeiro lugar, o Estado tentaria estipular padrões de qualidade através de discussões com a sociedade, mas também realizar estudos e relatórios com órgãos de acompanhamento sistemático das questões ambientais. Um segundo aspecto é a adoção de instrumentos econômicos que induzam os agentes econômicos ao comportamento desejável socialmente. Esses mecanismos são dispensáveis se há tendência ao entendimento entre as partes. Enquanto os instrumentos de comando e controle se caracterizam pelo estabelecimento de uma série de regulações de caráter punitivo sobre os agentes (caso não sigam os padrões determinados), os instrumentos econômicos visam à “internalização das externalidades ou de custos que não seriam normalmente incorridos pelo poluidor ou usuário” (LUSTOSA et alli, 2003, p. 143). Estes instrumentos apresentam uma série de vantagens em relação às políticas de comando e controle. Podem-se obter ganhos econômicos para o Estado através de licenças, tarifas etc. A atuação é ex-ante em relação ao possível malefício gerado. Isso é significativo no caso de recursos florestais. Se uma área de floresta é desmatada para dar lugar a um empreendimento agrícola perde-se o custo de oportunidade, pois considerando o tempo que levaria para reflorestamento ter-se-ia uma terra indisponível por um longo período de tempo. Nesse sentido, estes instrumentos econômicos podem ajudar a contornar as questões judiciais que também contribuem para protelar o alcance de um entendimento e que poderia evitar uma situação em que malefício ao meio ambiente já estivesse consumado. Finalmente, pode-se levar em questão a capacidade contributiva dos agentes envolvidos no processo e obter uma maior eficiência alocativa a partir deste tipo de política.

Aos instrumentos econômicos, somam-se os instrumentos de comunicação que envolvem a conscientização dos agentes poluidores e da sociedade através de informações, ações preventivas, facilitação de mercados ambientais e tecnologias de menor impacto ambiental. Um resumo desses tipos de instrumentos conforme sua tipologia pode ser visto no seguinte quadro de Lustosa et alli (2003):

Quadro 1: Tipologia e instrumentos de política ambiental

Comando e Controle	Instrumentos Econômicos	Instrumentos de comunicação
<ul style="list-style-type: none"> - Controle ou proibição de produto - Controle do processo - Proibição ou restrição de atividades - Especificações tecnológicas - Controle do uso de recursos naturais - Padrões de poluição para fontes específicas 	<ul style="list-style-type: none"> - Taxas e tarifas - Subsídios - Certificados de emissão transacionáveis - Sistemas de devolução de depósitos 	<ul style="list-style-type: none"> - Fornecimento de informação - Acordos - Criação de redes - Sistema de gestão ambiental - Selos ambientais - Marketing ambiental

Fonte: LUSTOSA et alli, 2003, p. 142

Embora tanto o Iphan como o IBAMA tenham instrumentos de comunicação como a educação patrimonial e a educação ambiental, em boa parte de suas políticas tendem a agir através de instrumentos de comando e controle. Este tipo de instrumento pode ser ineficiente num Estado como Acre com baixo grau de institucionalização e se há um incentivo para que os agentes atuem em sentido contrário por razões econômicas. Neste caso, quando a lei atua em um sentido e o comportamento social caminha em sentido contrário, é mais fácil mudar o primeiro do que o último. No caso de florestas, a sua manutenção, mesmo que através de mecanismos de comando e controle, pode ser justificada pela existência de uma externalidade positiva mencionada anteriormente. A proteção se torna mais defensável quando a externalidade é maior. Porém, para conhecê-la em termos de magnitude é preciso adicionar mais um elemento teórico da Economia do Meio Ambiente: a valoração ambiental.

3.3 Valoração Ambiental

A valoração despertou grande interesse na área acadêmica de Economia por encontrar uma aplicabilidade prática para uma discussão eminentemente teórica, mas muito cara aos economistas: a teoria do valor. Um amplo repertório de técnicas de valoração ambiental foi desenvolvido nos últimos 30 anos. Estes procedimentos se baseiam na teoria microeconômica do bem estar e são ferramentas para a análise de relações de custo e benefício. A estratégia básica para a valoração é estimar a variação no bem estar dos consumidores em razão da variação de bens ou serviços ambientais. A escolha do método de valoração que se julga mais apropriado depende das características específicas daquilo que se pretende valorar e da quantidade e qualidade dos dados disponíveis. Seroa da Motta (1998) apresenta uma ampla exposição dos mais variados métodos com estudos de caso bastante ilustrativos e minuciosos, sendo a principal obra de referência na questão.

Em grande medida, as técnicas de valoração ambiental não medem diretamente o valor do meio ambiente, mas as preferências dos consumidores em relação às variações da disponibilidade destes bens. Esta linha de análise também pode ter aplicabilidade para bens históricos, mesmo que não relacionados com o meio ambiente. Por exemplo, no tombamento da área central de Petrópolis, o Iphan considerou como um argumento em favor da medida a declaração da população em favor desta ação manifestada através de abaixo assinado (Vide Andrade, 2003).

Como aponta Ortiz (2003), o valor econômico de um recurso ambiental representa a soma dos valores de uso e de não-uso (ou valor de existência). Estes valores podem então ser desagregados em quatro elementos.

O mais notório é o valor de uso direto (VUD) que resulta do consumo ou utilização do bem ambiental. Na medida em que bens ambientais podem ter uma grande variedade de usos, o que vale também para um único bem, pode-se verificar uma infinidade de valores de uso direto como extração, visitação, produção, consumo etc. No caso do patrimônio histórico, há um valor de uso direto expresso em receitas obtidas pela visitação a um sítio histórico, museu, palácio etc..

O valor de uso indireto (VUI) é derivado das funções ecológicas. Como aponta Ortiz (2003), o exemplo clássico é o da floresta que proporciona bem estar

pelos “serviços” que presta qualidade do ar, da água, beleza cênica. Muitos destes benefícios foram descritos na discussão sobre a externalidade das florestas. Note-se que o valor da floresta é diferente quando estes itens são incorporados à sua análise. A beleza cênica e sua valoração têm especial aplicação para as discussões sobre o patrimônio paisagístico.

Valores de opção (VO) são valores que os indivíduos estão dispostos a pagar a pagar pela manutenção do recurso ambiental. Este se dá quando não há uso direto ou indireto, mas acredita-se poder haver num momento posterior e se atribui um valor à possibilidade de ter a opção de uso (direto ou indireto) no futuro. Um exemplo apontado por Seroa da Motta (1998) é o benefício de produtos farmacêuticos com base em propriedades medicinais de plantas ainda não conhecidas nas florestas tropicais. No patrimônio cultural, o valor de opção está presente em sítios que hoje não despertam interesse histórico, mas que no futuro poderão. A possibilidade de vir a gerar um valor de uso para bens e práticas culturais ligadas a plantas medicinais é passível de proteção como valor de opção como parte de proteção como patrimônio imaterial.

O valor de não-uso ou valor de existência (VE) reflete valores dissociados do uso presente ou futuro do bem, mas relacionados a valores morais, culturais, éticos, religiosos ou altruísticos. Um exemplo é a disposição de pessoas de pagar pela preservação da Floresta Amazônica por parte de pessoas que provavelmente jamais a visitarão (ORTIZ, 2003, p. 83). O valor de existência é um valor atribuído a muitos bens culturais de interesse do Iphan como no caso de sítios históricos tombados, conjuntos arquitetônicos ou paisagísticos etc.

No caso de bens ambientais o valor econômico do recurso ambiental (VERA) pode ser resumido na seguinte expressão:

$$\text{VERA: (VUD + VUI + VO) + VE (MOTTA, 1998, p. 12)}$$

Segundo Seroa da Motta (1998), os métodos de valoração podem ser classificados em métodos de função de produção e métodos de função de demanda. É com base neste trabalho que será baseada a exposição seguinte.

3.3.1 Métodos de função de produção

São utilizados quando recursos ambientais são insumos ou substitutos de bens ou serviços privados e se valem dos preços de mercado para estimar o valor econômico dos recursos ambientais. De modo geral, supõe-se que as variações na oferta do recurso ambiental não afetam os preços de mercado. Pela sua simplicidade, são os métodos de valoração mais adotados. Estima-se a variação do produto Z em função da variação da quantidade de bens e serviços ambientais. Supõe-se uma função de produção $Z = F(X, E)$ onde X é um conjunto de insumos formado por bens e serviços privados e E representa um bem ou serviço ambiental que são derivados de um recurso ambiental. O benefício ou custo é a variação da disponibilidade vezes o valor econômico estimado do mesmo.

3.3.1.1 Método da Produtividade Marginal

Neste método, é preciso conhecer bem as especificações de E e F e o procedimento pode ser complicado se as relações tecnológicas forem complexas. É necessário conhecer as funções de dano ambiental ou funções de dose-resposta (DR):

$$E = DR(x_1, x_2, \dots, Q)$$

Nesta fórmula, x_1, x_2, \dots representam as variáveis que conjuntamente com o nível de estoque ou qualidade Q do recurso natural afetam a disponibilidade de E . Assim,

$$dE = dDR/dQ$$

Estas funções tentam relacionar a variação do nível de estoque ou qualidade com o nível de danos físicos ou ambientais para indicar o efeito deste dano pelo decréscimo da disponibilidade de E . Um exemplo dado por Seroa da Motta (1998) é o nível de uso do solo (Q) que afeta a qualidade do solo (E). Para exemplificar este método, o autor apresenta oito estudos de caso. O mais significativo deles é a valoração de recursos da Amazônia peruana por pertencer ao mesmo ecossistema do Acre. O método pode ser complicado se as funções tecnológicas forem complexas ou as relações ecológicas forem difíceis de estimar.

3.3.1.2 Métodos de mercados de bens substitutos

Também se baseiam em preços de mercado e na relação entre variações marginais de Z e de E. e tomam por base mercado de bens substitutos para Z e E. Estes métodos são utilizados quando a variação de Z ainda que afetada por E não produz preços que possam ser observados no mercado. Reduções na disponibilidade ou na qualidade de E poderiam induzir a um aumento da demanda por substitutos perfeitos (S). Pode-se reescrever a função de produção como:

$$Z = F(X, E + S)$$

Na função acima uma perda de E pode ser compensada por S. A substituição de uma forma de energia por outra de forma a manter o nível de bem estar é um exemplo deste tipo de análise.

Com base neste tipo de abordagem podem ser aplicados três métodos:

i) Custos de Reposição: é quando o custo de S representa os gastos que os consumidores ou usuários incorrem para garantir o nível desejado de Z ou E. Um bom exemplo apresentado por Seroa da Motta (1998) é o custo de reflorestamento em áreas desmatadas para garantir o nível de produção de madeira ou custo de reposição de fertilizantes em solos degradados para garantir o nível de produtividade agrícola.

ii) Custos Evitados (ou gastos defensivos): quando o custo de S representa gastos que seriam incorridos pelo usuário ou consumidor em bens substitutos para não alterar o produto de Z que depende de E como no caso de gastos com tratamento de água que são necessários no caso de poluição de mananciais.

iii) Custos de Controle: quando os danos ambientais podem ser valorados pelo custo de controle incorrido por empresas, consumidores ou o governo para evitar a variação de disponibilidade de ou qualidade de E.

3.3.2 Métodos da Função de Demanda

Os métodos de função de demanda apontam que a variação da disponibilidade do recurso ambiental altera a disposição a pagar ou aceitar dos agentes econômicos em relação àquele recurso ou ao seu bem complementar. Estes métodos estimam diretamente os valores econômicos (preços-sombra)⁴⁹ com base em funções de demanda derivadas de mercado de bens privados complementares ao recurso ambiental ou mercados hipotéticos feitos para avaliar o bem ambiental em questão.

3.3.2.1 Métodos de Mercados de Bens Complementares

Estes métodos estimam o valor de recursos ambientais por meio do valor de outros bens e serviços no mercado a exemplo dos métodos de função de produção. Estes métodos são utilizados quando o preço final do bem ambiental não é observável e bens e serviços complementares (aqueles que são consumidos em proporções constantes entre si) podem gerar informações sobre a demanda do bem ambiental em questão. Com base nestes fundamentos, dois métodos podem ser utilizados: o método dos preços hedônicos e o de custos de viagem.

3.3.2.2 Método dos Preços Hedônicos

O método se baseia na identificação de atributos ou características de um bem composto privado cujos atributos são complementares a bens ou serviços ambientais. Com base nesta complementaridade, pode-se medir o preço implícito no preço de mercado quando se isolam os demais atributos. O exemplo clássico é o preço de propriedade que é afetado pelo preço de determinados atributos ambientais como a qualidade do ar, proximidade de um sítio natural etc. Os atributos ambientais são então valorados com base num diferencial de preços.

Este método envolve uma regressão onde o preço da propriedade é a variável explicada:

$$P = f(A11, A12, \dots, Ei)$$

⁴⁹ Uma outra forma de classificação dos métodos de valoração que não de função de demanda ou de função de produção é a de métodos diretos e indiretos como é feito em Ortiz (2003). Manteve-se, no entanto, o esquema apresentado por Seroa da Mota (1998) que classifica os métodos do primeiro modo.

Onde A_i , representa os atributos da propriedade i e E_i representa o bem ou serviço ambiental E associado à propriedade i .

3.3.2.3 Método do Custo de Viagem

O método estima uma demanda por E com base na demanda de atividades recreacionais associadas ao recurso E . É o caso de um parque nacional, mas pode ser o caso de um museu tombado. A curva de demanda é construída com base no local onde E é oferecido. O custo de viagem é o custo da visitação. Zonas residenciais são definidas com base na sua distância em relação ao sítio natural e pesquisa-se a população com base em uma série de variáveis como renda per capita, faixa etária, escolaridade etc. É necessário um levantamento de campo com base em questionários de uma amostra da população. Estima-se uma taxa de visitação (V_i) que pode ser correlacionada estatisticamente com o custo médio de visitação (CV) e as variáveis das zonas residenciais (X_i). Assim,

$$V_i = f(CV, X_1, \dots, X_n)$$

A curva de demanda é derivada da função de custo de viagem. (df/dCV)

3.3.2.4. Método da Valoração Contingente

Um dos vieses dos métodos anteriores baseados na função de demanda é que estes não captam o valor de existência. O valor de existência é atribuído pela sociedade e não está relacionado ao consumo de bens complementares.

O método de valoração contingente se utiliza de dois indicadores: a disposição a pagar (DAP) e a disposição a aceitar (DAC) que mostram o quanto os consumidores estão dispostos a pagar por uma melhoria de bem estar. Estes valores são estimados com base em mercados hipotéticos elaborados a partir de pesquisas de campo.

Com uma simulação de cenários, busca-se aferir as preferências reveladas nas pesquisas, refletindo decisões que os agentes tomariam se o mercado para o bem ambiental de fato existisse.

Os dados podem ser elaborados a partir de lances livres onde o entrevistador pede que o entrevistado diga um valor de forma a produzir uma variável contínua ou

através de escolhas dicotômicas ou com mais de um valor (referendum) de modo a produzir variáveis discretas. A partir da média dos valores de DAP ou DAA aplicados posteriormente ao total da população, pode-se obter o valor total do bem ambiental. Segundo Seroa da Motta (1998)

“A grande vantagem do MVC, em relação a qualquer outro método de valoração é que ele pode ser aplicado a um espectro de bens ambientais mais amplo. A grande crítica, entretanto ao MVC é a sua limitação em captar valores ambientais que indivíduos não entendem, ou mesmo desconhecem. Enquanto algumas partes do ecossistema podem não ser percebidas como geradoras de valor, elas podem, entretanto, ser condições necessárias para a existência de outras funções que geram usos que geram usos percebidos pelo indivíduo. (MOTTA, 2003, p.32)

Nenhum método é superior a outro em absoluto. Todos têm algum tipo de viés e algum tipo de virtude. Para avaliar a melhor escolha, é preciso conhecer o universo empírico com que se está lidando como será visto próximo capítulo.

CAPITULO IV: PATRIMÔNIO AMBIENTAL DO ESTADO DO ACRE

Neste capítulo, será sugerida uma linha de análise para a valoração ambiental das áreas produtoras de borracha no Acre e como estas técnicas também podem ser usadas para a valoração de bens patrimoniais apontando para uma ação integrada do IBAMA e do Iphan. A valoração é basicamente uma comparação de cenários, o que no caso do Acre refere-se ao confronto de dois modelos de desenvolvimento vistos anteriormente: um baseado na borracha e o outro na pecuária.

A tentativa de valorar a borracha no Acre por qualquer um dos métodos apresentados anteriormente no capítulo 3 esbarrará num problema inicial de viés que conduzirá a uma subestimação. Este problema também se apresentará para o método aqui sugerido, qual seja o da produtividade marginal. Basta lembrar a equação básica da determinação dos recursos de um valor ambiental.

$$\text{VERA: (VUD + VUI + VO) + VE}$$

Uma associação entre os componentes do valor do recurso ambiental e os métodos de valoração pode ser visto no quadro a seguir.

Quadro 2: Métodos para a valoração de bens e serviços das florestas tropicais

Valor de uso			Valor de não-uso
1-Valor de uso direto	2-Valor de uso indireto	3-Valor de opção	4-Valor de existência
-produtos madeireiros (madeira e combustível) -produtos não-madeireiros (alimentos, medicamentos, utensílios, material genético) - usos educacionais, recreacionais e culturais	- proteção dos corpos d'água - redução da poluição do ar --seqüestro de carbono - regulação climática	Usos futuros associados a 1 e 2	-biodiversidade - valores culturais
Possíveis abordagens para a valoração			
- custos de viagem - MVC - Preços hedônicos - Produtividade marginal - Custo de oportunidade de - Custo de reposição	- custos evitados - gastos defensivos - produtividade marginal - custo de reposição - MVC	- MVC	- MVC

Fonte: Bishop (1992) apud Young (1997)

O valor de não-uso ou valor de existência (VE) reflete valores dissociados do uso presente ou futuro do bem, mas relacionados a valores morais, culturais, éticos ou altruísticos. Este valor dificilmente será captado na valoração, exceto na valoração contingente, pois neste caso o valor de existência estaria refletido na disposição a pagar de um mercado hipotético construído para a atribuição de um valor. No caso da borracha, não se trata de uma simples atividade econômica. Há um modo de vida associado a esta produção e uma identidade que se reclama a partir disto como sendo intrinsecamente acreana. A manutenção da borracha e conseqüentemente da floresta permite que os costumes sejam mantidos como, por exemplo, as habitações, práticas medicinais e religiosas feitas a partir de material coletado diretamente da floresta. O valor de existência é uma característica inerente à noção de patrimônio histórico e em última instância, é o fator que determina a sua classificação enquanto tal.

Como visto, valores de opção (VO) são valores que os indivíduos estão dispostos a pagar pela manutenção do recurso ambiental. Este se dá quando não há uso direto ou indireto, mas acredita-se poder haver num momento posterior e se atribui um valor à possibilidade de ter a opção de uso (direto ou indireto) no futuro. Um exemplo apontado por Seroa da Motta (1998) é o benefício de produtos farmacêuticos com base em propriedades medicinais de plantas ainda não conhecidas nas florestas tropicais.

Este é notoriamente o caso do Acre. Os Povos da Floresta possuem uma série de saberes sobre o meio ambiente. Um amplo repertório destes saberes pode ser encontrado em Cunha (2002). A autora aponta:

“A publicação desta Enciclopédia teve também outro horizonte: primeiro, salientar, por meio de exemplos, aliás, muito aquém da realidade, a riqueza de conhecimentos de populações tradicionais não apenas sobre seu ambiente como também acerca de um modo sustentável de aproveitá-lo; depois, chamar a atenção para os problemas trazidos pela ausência de uma proteção adequada desses conhecimentos e de uma participação das populações nos benefícios que deles possam resultar.”

“A situação neste momento é de indefinição legal no Brasil e ficamos num dilema em relação aos conhecimentos que possam eventualmente ter um potencial econômico (...) Por isso omitimos deliberadamente muitas informações em diferentes áreas, que nos pareceram capazes de eventualmente gerar produtos comerciais”(CUNHA, p. 22, 2002).

A autora se refere ao problema de tornar determinados saberes de domínio público e apropriação por terceiros sob a forma de patentes. Nesse sentido, qualquer

forma de registro destes saberes impediria a sua apropriação por terceiros. É o caso do registro propiciado pelo Programa de Patrimônio Imaterial do IPHAN. Este programa protege tanto valores de opção como valores de existência. Contudo, esta iniciativa implica tão somente o registro dessas práticas sociais. A sua sobrevivência depende da manutenção da floresta. Como salienta Manuela Carneiro da Cunha, “Não existe e não persiste um saber desvinculado da prática. No dia em que não mais subsistir da floresta, todo um mundo de conhecimentos e possibilidade de descobertas será perdido” (CUNHA, p. 13, 2002).

O valor de uso indireto (VUI) é derivado das funções ecológicas. Como aponta Ortiz (2003), o exemplo clássico é o da floresta que proporciona bem estar pelos “serviços” que presta qualidade do ar, da água, beleza cênica. Muitos destes benefícios foram descritos na discussão sobre a externalidade das florestas. Note-se que o valor da floresta é diferente quando estes itens são incorporados à sua análise. Há ainda um outro benefício indireto que pode ser computado como valor de uso indireto. A borracha permite a manutenção das mesmas áreas sem que se aumente o desmatamento enquanto a pecuária é tradicionalmente extensiva levando à eliminação progressiva da floresta. Fora os serviços da floresta haveria uma tendência ao aumento dos conflitos sociais. Esta correlação é intuitiva tendo em consideração um pouco da história social do Acre apresentada anteriormente, mas recentemente apontou-se para uma relação entre desmatamento e violência. Sant’Anna e Young (1998) elaboraram um levantamento estatístico correlacionando os dados referentes ao desmatamento bruto acumulado por Estado na Amazônia Legal com base em dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e o número de vítimas fatais nos conflitos ligados à questão da terra a partir de dados da Comissão Pastoral da Terra. O coeficiente de correlação encontrado foi de 0,90, estatisticamente significativo ao nível de 1% de confiança.

O mais notório dos componentes do valor de do recurso ambiental é o valor de uso direto (VUD) que resulta do consumo ou utilização do bem ambiental. Na medida em que bens ambientais podem ter uma grande variedade de usos, o que vale também para um único bem, pode-se verificar uma infinidade de valores de uso direto como extração, visitação, produção, consumo etc.

Trabalhos como os de Peter et alii (1989) e Pinedo-Vasquez et alii (1992) tentam aplicar a valoração aos recursos florestais na Amazônia peruana. Seroa da Motta (1998) apresenta estes trabalhos como estudos de caso que exemplificam o método da produtividade marginal, enfocando o valor de uso direto das florestas peruanas. O trabalho de Peter et alii (1989) avalia a área ao longo do rio Nanay nas proximidades da pequena vila de Mishana a sudoeste da cidade de Iquitos num ponto extremamente próximo da fronteira com o Brasil. O solo na região é em grande parte infértil e de areia branca. A população é composta pelo que se costuma designar de ribereños (índios que perderam seus costumes tradicionais). As atividades econômicas predominantes na região são a agricultura de pousio com lavouras rotativas, a pesca e o extrativismo que envolve vários produtos florestais explorados comercialmente.

Pinedo-Vasquez et alii (1992) pesquisou o vilarejo de San Rafael situado às margens do Rio Amazonas a cerca de duas horas (navegando pelo rio) de Iquitos. A população nativa tem como atividade econômica predominante a agricultura também baseada em lavouras rotativas com uma produção bastante diversificada.

Os dois trabalhos abordam regiões geograficamente próximas e fazem uma análise exclusivamente financeira da viabilidade econômica das atividades extrativas. Ambos os trabalhos enfocam apenas o valor de uso direto das florestas. Aplicando-se a mesma metodologia ao caso do Acre, é preciso reconhecer que muitos dos aspectos relevantes explorados anteriormente e que se traduzem em valor de existência, de opção e uso indireto seriam negligenciados de acordo com essa metodologia de análise.

O objetivo de Peters et alii (1989) era mostrar uma performance superior em termos monetários dos recursos não-madeireiros em relação aos recursos madeireiros embora as análises financeiras tendessem a ignorar uma série de valores de uso que criam um viés em favor de atividades que implicam o desmatamento da floresta.

Buscou-se estimar o valor financeiro dos recursos não-madeireiros. Foram reunidos dados relativos ao inventário botânico, produção e valor corrente de mercado para todas as espécies de árvores comerciais presentes em um hectare da floresta amazônica. Como aponta Seroa da Motta (1998), Peters calculou a receita líquida total gerada pela exploração sustentável dos produtos madeireiros como

sendo duas ou três vezes superior àquela obtida com a conversão da floresta para outros usos.

Esse resultado é significativo. Pensando analogamente ao caso do Acre é possível imaginar como hipótese um valor maior para a exploração com base em atividades extrativas em comparação com atividades que implicam a remoção da floresta, transformando-a em área de pastagem e liquidando a madeira.

Como descreve Seroa da Motta (1998), o primeiro passo do trabalho de Peters para o levantamento dos recursos não-madeireiros foi a realização de um inventário da floresta onde apareceram 50 famílias distintas, 275 espécies e 842 árvores com diâmetro igual ou superior a 10 cm em um hectare médio. O volume comercializado de cada árvore utilizada foi calculado a partir de equações econométricas de regressões, relacionando o diâmetro da altura de peito com a altura comercial. O autor obteve o preço médio de revenda em 1987 das diferentes produtos florestais através de pesquisas mensais no mercado de Iquitos. A taxa de produção anual para todas as árvores frutíferas e palmeiras da área de amostragem foi obtida com a contagem e pesagem de todas as frutas produzidas por uma sub-amostra de árvores adultas ou estimada com coletores locais. A produção de látex da seringueira foi tomada com base na literatura disponível. O preço da borracha era controlado pelo governo peruano de modo que a informação pôde ser obtida junto ao banco agrícola local⁵⁰. O trabalho necessário na atividade extrativa foi estimado em dias de trabalho por ano com base em entrevistas e na observação direta das técnicas de extração utilizadas no local. Com isso estimou-se o custo cumulativo da coleta adotando uma taxa de salário de US\$ 2,50 ao dia que equivalia ao salário mínimo vigente no Peru naquela época. Outros estudos já indicavam o custo de transporte do látex e das frutas como 30% do valor de mercado desses produtos.

Seria possível realizar um levantamento análogo a ser aplicado ao caso do Acre, mas não sem uma pesquisa de campo. Note-se que o método sugerido, o da produtividade marginal é relativamente mais simples comparado com muitos dos outros apresentados anteriormente como a valoração contingente. No caso do Acre, a

⁵⁰ Este foi um procedimento simplificador que buscou facilitar o trabalho. O procedimento correto embora mais trabalhoso seria usar o preço livre (border price) menos os custos de transporte

PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) do IBGE não contempla a área rural da região Norte de forma que não se pode ter idéia do rendimento médio dos trabalhadores nas regiões extrativas e de pecuária no Acre. Não se dispõe de um inventário completo da produção comercializável. Uma *proxy* de um inventário pode ser vista em Cunha (2002), contudo, embora não faltem informações para preço e volume de borracha comercializado, faltam informações para os preços de mercado e quantidade de produtos comercializados que teriam que ser obtidos em pesquisas locais de comércio. Essas e outras variáveis como o trabalho necessário nas atividades extrativas só foram possíveis no trabalho de Peter set alli (1989) através de entrevistas e da observação direta de forma que seria necessária uma pesquisa de campo para obter as mesmas informações para o Acre. Contudo, a semelhança dos dois contextos é notória e ainda que não seja possível generalizar as conclusões do trabalho de uma região para a outra há um indício forte em favor de uma possível semelhança no que se refere a maior eficácia social de um modo de produção baseado em atividades extrativas em comparação como outros modos de produção que levam a remoção de áreas florestais.

No caso do trabalho de Peter set alli (1989), como aponta Seroa da Motta (1998) o valor total em 1 hectare de floresta em Mishana foi obtido multiplicando o preço unitário pela produção anual de cada árvore multiplicada pelo número de árvores presentes em um hectare médio da região. O valor total resulta da soma desta operação para cada um dos produtos gerados pelo hectare. O autor encontrou um valor total anual de US\$ 7,79 por hectare. Fazendo uma contraposição ao valor dos recursos madeireiros fez-se uma simulação de quanto representaria derrubar um hectare inteiro e vender todas as espécies de madeiras nele contidas. Para isso, pesquisou-se o preço de cada tipo de madeira na serraria pelo volume de madeira de cada espécie de árvore e pelo número médio de cada espécie de árvore em um hectare. O valor total obtido seria de US\$ 1000,78. Contudo, é necessário observar que o rendimento da produção dos recursos não-madeireiros é um fluxo e a madeira seria um estoque a ser consumido de uma só vez. Fez-se então um cálculo do valor presente líquido e deduzindo das receitas os custos de transporte e de mão de obra. Com uma taxa de desconto de 5%, o valor presente líquido dos recursos não-madeireiros com base na extração sustentável de frutas e látex seria de US\$ 6820 por

hectare contra US\$ 490 das atividades madeireiras. Como aponta Seroa da Motta (1998), esta diferença seria ainda maior se fosse possível computar as receitas geradas por plantas medicinais, cipós e pequenas palmas.

O estudo de caso de Pinedo-Vasquez (1992) compara a viabilidade econômica das principais atividades econômicas empreendidas na Amazônia peruana: a extração de madeira, agricultura de subsistência e a coleta de frutas e látex. As atividades extrativistas incluem a borracha extraída a partir da *Hevea brasiliensis* tal como no território brasileiro, sementes, madeira e óleo. O vilarejo de San Rafael localiza-se às margens do Rio Amazonas com uma população de aproximadamente 70 famílias. A oeste desta localidade há uma área florestal com cerca de 800 hectares de floresta secundária. Em 1984, a área florestal tornou-se reserva comunitária objetivando a proteção e o controle da extração de recursos naturais.

O trabalho também foi feito a partir de um inventário que levou em conta as árvores com diâmetro maior ou igual a 10 cm. As informações foram coletadas com o concurso dos nativos. Para se obter uma amostra representativa da floresta secundária realizou-se uma seleção de lotes de parcelas selecionadas do território. Outras informações relativas a preços e custos foram obtidas junto a autoridades locais e através de entrevistas.

Procedeu-se igualmente uma análise financeira dos fluxos de caixa produzidos pelos recursos florestais utilizando-se uma taxa de desconto de 5%. Para a agricultura de pousio, praticada com rotação do terreno, o valor contínuo dos ciclos alcançava US\$ 3024,89. A rentabilidade dos recursos florestais madeireiros apresentava uma receita líquida anual de US\$ 19,97, o que ao longo do tempo representaria sob a mesma taxa de desconto de 5% um valor presente líquido de US\$ 399,40. Segundo Seroa da Motta (1998), em ambos os estudos de caso baseados no método da produtividade marginal, seria adequado realizar estudos sobre a elasticidade-preço dos produtos em questão. Outra limitação é a exclusão dos outros componentes do valor do recurso ambiental como o valor de opção, de existência ou mesmo de uso indireto como o uso recreacional. Todos estes pontos podem ser mais importantes para a opção de qual modelo de desenvolvimento seguir. O ponto forte das pesquisas mencionadas é que mesmo sob uma ótica estritamente financeira é

possível que a manutenção da floresta seja uma opção desejável em comparação com atividades que levam à sua eliminação .

Do lado brasileiro da fronteira, destacam-se outros estudos resenhados por Young e Fausto (1997) como o de Tomiolo e Uhl (1992) que trata da região de Uraim (1992) no Pará e outro de Uhl et al. (1991) que trata da região de Paragominas também no Pará. Nesta região, as atividades de extração de madeira serviam de subsídio para a expansão da pecuária. Os resultados apresentados mostravam uma receita superior da agricultura diversificada em relação à pecuária.

Tabela 6: Agricultura diversificada x pecuária extensiva

	Agricultura diversificada em pequena propriedade (Uraim)	Pecuária de corte extensiva em grande propriedade (Paragominas)
Retorno Bruto/ha.	US\$ 240	US\$ 21
Retorno Líquido/ha	US\$ 93	US\$4,1
N. há por trabalhador	4,1	44
Geração de impostos/ha.	US\$14	US\$3,5

Fonte: Toniolo e Uhl (1992) apud Young (1997)

O estudo mostra um rendimento inferior da pecuária que mesmo assim tendia avançar, segundo os autores pelas severas exigências de capital para certo número de investimentos iniciais necessários, o que não é possível para pequenos produtores e pelo maior retorno líquido de curto prazo para a pecuária.

É possível, com os devidos cuidados, realizar um estudo de natureza semelhante para o caso do Acre. Em ambos os estudos é preciso delimitar áreas menores circunscritas dentro de uma região de forma a se observar uma amostra representativa. Segundo Seroa da Motta ,

“A área abordada nos estudos apresenta uma grande proximidade da Amazônia brasileira, tanto que dados sobre a pecuária e silvicultura utilizados no estudo de San Rafael são relativos a esta floresta. Entretanto, a transposição destes dados tem que ser cuidadosa devido aos vieses que possam afetar os resultados encontrados numa análise de custo-benefício (...) Mesmo quando se tratam de áreas próximas, existem especificidades ecossistêmicas que afetam a composição das espécies com valor econômico”(MOTTA, 1998, p.97)

Uma boa área de observação seria a Reserva Extrativista do Alto Juruá, pois a proteção da atividade extrativa significaria uma ampliação da área protegida sob a forma de reservas. O outro cenário seria a da exploração dos recursos madeireiros e da pecuária.

Mesmo havendo exploração da pecuária há um outro problema. Se a pecuária for extensiva levará a derrubada progressiva da floresta com perdas ambientais e culturais para o Acre. Nesse sentido, é importante manter as atividades econômicas nas áreas já desmatadas. Esta decisão está ligada à questão da propriedade da terra.

“Não é surpreendente que exercícios de valoração da viabilidade econômica das possíveis opções privadas de uso do recurso natural apresentem resultados bastante diferentes — os exercícios de valoração não são "neutros" em relação ao contexto institucional que os cerca. Se há incerteza sobre os direitos de propriedade sobre a terra, a decisão de uso desta será viesada para as atividades capazes de prover a maior receita possível no curto prazo — mesmo que outras opções de uso possam ser mais rentáveis se as receitas de longo prazo fossem incluídas. Este ponto estabelece uma clara diferença entre o colono com direitos de propriedade definidos e o posseiro. Os colonos com direitos de propriedade assegurados incorporam, na análise sobre as diferentes opções de uso, variáveis de longo prazo e, assim, apresentam uma preocupação maior com a sustentabilidade do padrão adotado para a exploração dos recursos naturais. Por outro lado, os colonos com incerteza quanto à legitimidade da posse da terra possuem um horizonte temporal mais curto, tendendo a considerar apenas os gastos e receitas correntes sem incorporar possíveis perdas patrimoniais decorrentes do padrão corrente de exploração dos recursos naturais existentes na terra (...)”

“A existência de colonos sem título de propriedade afeta a tomada de decisão dos colonos com título porque a incorporação de terras florestadas no mercado tende a diminuir o preço das terras na região, reduzindo os custos de reposição da terra, após a completa degradação da mesma. Esta situação leva a um desestímulo à realização de gastos para a implantação de técnicas de manejo capazes de aumentar a produtividade da terra devido à disponibilidade de terras baratas na fronteira.”(YOUNG & FAUSTO, 1997, p.11)

Neste cenário, se não há um bom grau de definição sobre a propriedade das terras há um forte estímulo para que se avance o desmatamento através de práticas produtivas extensivas ao invés de introduzir técnicas de manejo da terra intensivas através da busca de maior produtividade, o que permitiria que os produtores locais se restringissem às áreas já desmatadas.

Desse modo, a utilização de uma área de reserva como base para a análise da atividade extrativista é adequado, pois é este cenário que se deseja projetar. Uma vez protegida a natureza pela ação do IBAMA, ainda resta a questão dos bens culturais.

Estas referências não subsistem na ausência da floresta, mas a sua mera conservação não significa garantia para a preservação do patrimônio cultural.

Os benefícios da preservação também variam conforme o nível da análise. Pode-se proceder a uma análise estritamente financeira como no caso dos estudos sobre a Amazônia peruana. Como salientam YOUNG e FAUSTO (1997), a valoração pode se dar em pelo menos três níveis. Se a valoração se dá em nível local no que se refere ao uso da terra, a análise restringe-se a uma análise custo-benefício através de uma análise estritamente financeira da viabilidade econômica de várias opções de uso, como foi o caso dos trabalhos discutidos anteriormente. Se a valoração for a nível regional para a decisão em termos de política pública, incluem-se os serviços ecológicos como a reciclagem da água, de nutrientes, etc. Por fim, se a valoração for a nível global, todos os componentes do valor (uso direto, indireto, de opção e de existência) são considerados. Trabalhos que seguem essa linha procuram estimar o valor da apreensão de carbono como uma espécie de serviço prestado pela floresta.

A proteção à natureza do Ibama não contempla a relação do homem com a natureza manifestada em formas de religiosidade, a construção de modos de morar diferenciados de acordo com cada comunidade com os próprios materiais da floresta etc. além de uma série de práticas culturais.

As técnicas de valoração também têm grande aplicabilidade para a discussão do patrimônio. A idéia de valorar também o patrimônio cultural é particularmente útil na medida em que seja necessário atribuir compensações financeiras por danos ao patrimônio a partir de decisões judiciais. É fácil imaginar a aplicação do método de custos de viagem para museus do mesmo modo como o mesmo é aplicado à valoração de parques. Esta análise tende a negligenciar o valor de existência dos museus inclusive daqueles que possuem acervo de fontes primárias para pesquisadores. Contudo, ela seria aplicável à casa de Chico Mendes cujo tombamento está sendo considerado pelo Iphan e que seria convertido em um lugar de visitação. Já existe um fluxo considerável de turismo destinado à diversidade cultural e o patrimônio histórico.

O método dos preços hedônicos tem grande aplicação para o patrimônio paisagístico, embora também neste caso se aplique novamente o método dos custos

de viagem. Seroa da Motta (1998) apresenta um estudo de caso de projetos florestais na Grã-Bretanha onde se tenta gerar indicadores ambientais dos benefícios de amenidades das florestas britânicas advindos do prazer estético e da recreação.

O método da valoração contingente é um dos que mais possuem aplicação à questão do patrimônio. É o método que capta o valor de opção e de existência. Um dos problemas do método, porém, é que a renda da população influi na avaliação do bem valorado. Contudo, as preferências das populações já são um critério para a avaliação do patrimônio. É comum que a mobilização da sociedade seja considerada um argumento em favor de tombamentos. Um dos vieses do método seria a atribuição de valores baixos devido ao desconhecimento. Isso seria verdade no caso de bens ambientais cujas funções ecossistêmicas e também no caso de bens culturais. Em ambos os casos a educação (ambiental ou patrimonial) pode ser um instrumento de ação que ajude na compreensão da importância dos bens ambientais e culturais. Esse problema é menos grave no caso de bens culturais, pois a atribuição de valor num sentido não monetário a bens culturais deriva da capacidade que estes têm em expressar um sentimento de identidade de determinadas comunidades. É justamente por isso que a valoração contingente pode constituir um bom critério na medida em que reflete as preferências de uma determinada população no que diz respeito a uma série de bens. A posse de mais ou menos riqueza afetará a forma como essas preferências se manifestam e será contemplada na análise da valoração contingente.

Conclusão

A valoração foi apresentada como um instrumento analítico para bens ambientais e culturais com particular relevância para a análise de ambos no caso do Acre. Muitos dos métodos de valoração têm aplicação direta para análise do patrimônio como custos de viagem aplicados a sítios históricos e museus, preços hedônicos para o patrimônio paisagístico e valoração contingente para praticamente todos os tipos de patrimônio.

A valoração tem limitações e não chega a um valor absoluto. O que se encontra é tributário das escolhas que se faz. Este exercício sempre dependerá de definições metodológicas em uma série de escolhas feitas pelo pesquisador.

“Portanto, deve-se ter cuidado na compreensão do significado dos resultados obtidos a partir de exercícios de valoração. Em primeiro lugar, qualquer aplicação prática das técnicas de valoração ambiental não será capaz de encontrar um único número que represente o valor de um ecossistema como um todo. Os estudos empíricos de valoração devem ser interpretados como esforços importantes no sentido de atribuir um valor monetário a um determinado conjunto de serviços ecossistêmicos. Alguns destes serviços são, efetivamente, expressos no mercado como a produtividade da terra, a capacidade da floresta de prover madeiras com valor comercial e outros recursos não-madeireiros, enquanto outros serviços não apresentam nenhum tipo de retorno monetário associado, apesar da possível relevância indireta para os sistemas humanos de produção e consumo. Em segundo lugar, os resultados encontrados em um exercício de valoração devem estar sempre contextualizados porque possuem uma forte conexão com a problemática apresentada pelo observador: o objeto sendo valorado é necessariamente influenciado pela perspectiva e ressaltado pelo pesquisador (até mesmo pela seleção prévia do pesquisador na escolha de um determinado conjunto de recursos ecossistêmicos, e na exclusão de todos os demais) (...) Portanto, a parcialidade da valoração deve estar sempre evidente, assim como os outros interesses políticos e éticos que pesam na tomada de decisão”. (YOUNG e FAUSTO, p.22, 1997)

Esta subjetividade deriva da possibilidade ou não de inclusão de uma série de componentes de valor e do nível de análise. Foram verificados vários valores como os de existência, de opção de uso indireto e direto da manutenção da floresta e das atividades extrativistas. Embora estes valores não tenham sido mensurados, estudos de áreas próximas apontam para um valor alto de atividades que preservam a floresta mesmo restringindo a abordagem a uma análise de portfólio com base no valor de uso direto. O valor aumenta na medida em que vão se incorporando outros componentes do valor à análise. Pelo papel da floresta em termos de externalidade para o mundo com o sequestro de carbono a própria floresta poderia ser considerada um patrimônio da Humanidade nos moldes propostos pela UNESCO.

Foi possível identificar ao longo da pesquisa uma série de referências culturais desenvolvidas ao longo da ocupação do Acre que são valores de existência em relação à floresta. Estas referências expressavam um profundo contato com a natureza que influenciava vários aspectos da vida local desde os sistemas de crenças até os modos de habitação desenvolvidos.

A ampliação do conceito de patrimônio com a sua vinculação à noção de cultura a partir da década de setenta no âmbito do IPHAN ainda é uma operação em curso. Como foi visto, uma série de obstáculos levaram à desconsideração do Acre como portador de bens e referências culturais. No caso específico dos pedidos de tombamento negados, foram apontados alguns fatores como a modéstia das construções, a falta de documentação escrita e a dificuldade de fiscalização. Este último problema pode ser considerado remediado com a abertura da nova regional do IPHAN para atender aos estados de Rondônia e Acre de modo a permitir a fiscalização do patrimônio. Documentos escritos foram utilizados nesta pesquisa para identificar as referências culturais acreanas. E, finalmente, a modéstia das construções não as descarta de sua expressividade cultural. Povos indígenas expressaram grande apego a seus costumes e aos seus modos de habitação como expresso no texto. A dupla influência de índios e seringueiros pôde ser vista no modelo de construção de casas adotado no Acre. Nesse sentido, pôde-se perceber a presença de referenciais culturais próprios do Acre. A vinda de um enorme fluxo de imigrantes para a região não significou uma mera “importação” de culturas externas ao estado. Viu-se que o somatório dessas múltiplas influências podia resultar em um elemento cultural novo como uma religião nova expressa pelo Daime. Os diversos povos indígenas que ocuparam previamente a região tinham uma série de referências culturais próprias que foram em parte mantidas, mas também influenciaram e foram influenciadas pela cultura dos imigrantes.

A ação institucional do IPHAN também pode atuar no sentido da preservação em relação ao conhecimento enciclopédico que as populações locais têm da natureza (patrimônio imaterial) que deriva diretamente do patrimônio ambiental. Os dois aspectos estão interligados, pois a proteção de um ajuda na manutenção de outro.

A proteção proporcionada pelo Iphan incide sobre a relação do homem com a natureza e não na natureza em si mesmo. Nesse sentido, a atuação conjunta entre

Ibama e Iphan seria necessária. Este último não dispõe das prerrogativas fiscalizadoras do primeiro e, como visto, a fraca presença da instituição neste Estado e seu baixo poder de fiscalização já foram até utilizados como argumento contra tombamentos do Estado. Esta atuação conjunta seria mais fácil se houvesse um ponto de partida comum na análise que seria valoração ambiental que serviria de parâmetro para a atuação e avaliação de bens ambientais e culturais. Este tipo de estimativa certamente tem maior chance de dar bons resultados e boas análises quando há um suporte institucional para a coleta e processamento de dados a partir de pesquisas de campo. Além disso, um mesmo estudo pode contemplar mais de um método quando há mais de um interesse em jogo. Seroa da Motta (1998), apresenta um estudo de caso sobre o Parque Nacional de Khao Yai na Tailândia que combina três métodos para calcular valores diferentes como o custo de viagem para calcular o valor de uso das amenidades e a valoração contingente para calcular o valor de existência das espécies. Muitos dos métodos de valoração têm a vantagem de considerar as preferências das populações como critério de análise para definir o valor. Esse critério é uma boa justificativa para a ação institucional do poder público, pois ao considerar estas preferências caminha para uma maior participação dos representados no processo ao invés de decisões de gabinete feitas por conselhos. Deste modo, embora a análise não seja um instrumento neutro há uma preocupação metodológica e empírica com a produção de conhecimentos confiáveis que caracteriza a boa prática científica e há uma série de dados que escapam ao arbítrio do pesquisador uma vez definidos os critérios de análise.

Esta ação conjunta terá mais resultado se a ação não se basear tão somente em instrumentos de comando e controle, havendo uma política de incentivo para as atividades e crédito naquelas atividades sustentáveis e mais rentáveis a longo prazo, mas que requerem pesados investimentos iniciais. Também é preciso mais clareza na política de terras de forma a definir os direitos de propriedade, pois isto exerce uma enorme influência sobre o processo decisório dos agentes econômicos ao afetar o seu horizonte temporal. Se não houver incentivo econômico para a adoção de comportamentos que preservam a floresta, as proibições de uma política de comando e controle podem se tornar inócuas. Protegidas as áreas de atuação dos Povos da Floresta através de reservas é possível preencher uma condição necessária, mas não

suficiente para a proteção do patrimônio cabendo ao Iphan a política de preservação do patrimônio cultural.

Referências

- ABREU, Capistrano de . **Râ-txa hu-ni-ku-i: a língua dos caxinauá**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1914
- ANDRADE, Alex Moreira. **Formulário Geral do Sítio Urbano de Petrópolis** INBI-SU. Rio de Janeiro, Iphan, 2003.
- BATISTA, Ana Cristina Borges Kulina In GONÇALVES, Marco Antônio. (org.) **Acre: história e etnologia**. Rio de Janeiro, Núcleo de Etnologia indígena, Laboratório de Pesquisa Social DCS-IFCS-UFRJ, p.145-175, 1991
- BRANCO, J.M. Brandão Castelo. Gentio Acreano In **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, abril a junho de 1950, 1950, p. 3-78.
- CARDOSO, Fernando Henrique & FALETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio Interpretação Sociológica**. Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 7^a edição, 1970.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **Geografia dos Mitos Brasileiros**. Rio de Janeiro, Editora Itatiaia, 1983.
- COELHO, Enice Mariano. **Acre: o ciclo da borracha**. Niterói, Universidade Federal Fluminense, dissertação de mestrado, 1982.
- COSTA, José Craveiro. **A conquista do Deserto Ocidental: subsídios para a história do território do Acre**. Rio Branco, Tribunal de Justiça, 2003
- CUNHA, Euclides da. **À margem da História**. Rio Branco, Tribunal de Justiça, 2003 a.
- CUNHA, Euclides da. **Um paraíso perdido**. Rio Branco, Tribunal de Justiça, 2003b.
- CUNHA, Manuela Carneiro da Cunha & ALMEIDA, Mauro Barbosa. **Enciclopédia da Floresta**. O Alto Juruá: Práticas e Conhecimentos das Populações. São Paulo, Companhia das Letras, 2002
- ERIKSON, Phillipe. Uma singular pluralidade: a etno-história Pano. In Cunha, Manuela Carneiro da. **História dos Índios no Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras, 2002
- FERREIRA, Manoel Rodrigues **A Ferrovia do Diabo**. Editora Melhoramentos, 1959.
- FIGUEIREDO, João Kubstichek de. (IJJ 9 – 642) **Relatório sobre o governo do Acre apresentado ao Presidente Juscelino Kubstichek**, 1956.
- FONSECA, Cecília Londres da. **O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal da preservação no Brasil**. Rio de Janeiro, UFRJ/IPHAN, 1997
- FRAGOSO, João Luís. **Homens de Grossa Aventura: Acumulação e Hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro 1790-1830**. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1998.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo, Editora Nacional, 25^a edição, 1995 [1959].
- GONÇALVES, Marco Antônio. (org.) **Acre: história e etnologia**. Rio de Janeiro, Núcleo de Etnologia indígena, Laboratório de Pesquisa Social DCS-IFCS-UFRJ
- GONÇALVES, Reinaldo et alli. **A Nova Economia Internacional: uma perspectiva brasileira**. Rio de Janeiro, Elsevier, 1998.
- HOTELLING, Harold. The Economics of Exhaustible Resources. In **Journal of Political Economy**, v. 39, n.1, 1939, p. 137-175.

- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Parecer e Processo de tombamento indeferido da Casa Plácido de Castro.** Rio de Janeiro, Datas-limite: 09/02/1982 a 28/09/1990 (No do processo: 1065-T-82)
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Parecer e Processo de tombamento indeferido Vila: Porto Acre de** (Conjunto arquitetônico e urbanístico). Rio de Janeiro, Datas-limite: 09/02/1982 a 24/09/1990 (No do Processo: 1066-T-82)
- LIMA, Francisco Peres de. **Folclore Acreano.** Rio de Janeiro, s/d
- LUSTOSA, Maria Cecília Junqueira; CÁNEPA, Eugênio Miguel & YOUNG, Carlos Eduardo Frickmann. Política Ambiental In MAY, Peter; LUSTOSA, Maria Cecília; VINHA, Valéria da. (orgs.) **Economia do Meio Ambiente.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2003, p.135-153.
- MANTEGA, Guido. **A Economia Política Brasileira.** Petrópolis, Editora Vozes, 1992.
- MENDONÇA, Simone Sussekind de. Kampa In GONÇALVES, Marco Antônio. (org.) **Acre: história e etnologia.** Rio de Janeiro, Núcleo de Etnologia indígena, Laboratório de Pesquisa Social DCS-IFCS-UFRJ, p. 77-112, 1991
- MOTTA, Ronaldo Seroa da. **Manual para valoração econômica de recursos ambientais.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 1998
- NOGUEIRA, Ana Luiza Estellita Lins. Apurinã In GONÇALVES, Marco Antônio. (org.) **Acre: história e etnologia.** Rio de Janeiro, Núcleo de Etnologia indígena, Laboratório de Pesquisa Social DCS-IFCS-UFRJ, 113-143, 1991.
- ORTIZ, Ramon Arigoni. Valoração Econômica Ambiental In MAY, Peter; LUSTOSA, Maria Cecília; VINHA, Valéria da. (orgs.) **Economia do Meio Ambiente.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2003, p. 81-99.
- PÀDUA, José Augusto & MARQUES, Maria Eduarda. **Seminário sobre as Políticas Integradas de Preservação de Bens Ambientais e Histórico-Culturais.** Rio de Janeiro, Iphan, 6 e 7 de outubro de 2003. CD-ROM
- PERMAN, Roger et alli. **Natural Resources and Environmental Economics.** Nova York, Pearson Education Limited, 1999.
- PRADO Jr. , Caio. **História Econômica do Brasil.** São Paulo, Editora Brasiliense, 41ª edição, 1994.
- PREBISCH, Raúl (1949). O desenvolvimento econômico latino-americano e alguns dos seus principais problemas In BIELSCHOWSKY (org.) **Cinquenta anos da CEPAL .** Rio de Janeiro, Editora Record, 2000.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. **A Questão do Acre.** Manaus, Tipografia Phoenix, 1937.
- RICARDO, Cassiano. **O Tratado de Petrópolis.** Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1954.
- SENA, Wladimir Araújo. Navegando sobre as ondas do Daime: história, cosmologia e ritual da Barquinha. Campinas, Editora da UNICAMP, 1998
- SILVA, Maria Amélia Rodrigues da. Economia dos Recursos Naturais In MAY, Peter; LUSTOSA, Maria Cecília; VINHA, Valéria da. (orgs.) **Economia do Meio Ambiente.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2003, p. 33-60.
- SIMONSEN, Roberto. **História Econômica do Brasil.** São Paulo, Editora Nacional, 1978 [1937].
- TOCANTINS, Leandro. **Estado do Acre: História, Geografia e Sociedade.** Rio Branco, Tribunal de Justiça, 2003[1984].

TOCANTINS, Leandro. **Formação Histórica do Acre**. Rio de Janeiro, Editora Conquista, 1973.

URBAN, Greg. A História da Cultura Brasileira segundo as línguas nativas. In Cunha, Manuela Carneiro da. **História dos Índios no Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras, 2002

WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1992.

WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência**. (1850-1920). São Paulo, EDUSP/Hucitec, 1993.

YOUNG, Carlos Eduardo Frickman e SANT'ANNA, André de Albuquerque. Conflitos no campo e desmatamento na Amazônia: duas faces da mesma moeda. 1999. Disponível em <http://www.ie.ufrj.br/gema/index.php>. Acessado em 03/05/2005

YOUNG, Carlos Eduardo Frickman e FAUSTO, José Ricardo Brun. Valoração de recursos naturais como instrumento de análise da expansão da fronteira agrícola na Amazônia. , Rio de Janeiro, IPEA, 1997. Disponível em <http://www.ie.ufrj.br/gema/index.php>. Acessado em 03/05/2005